
**O PEQUENO GRANDE MUNDO
DE ARGEMIRO MEIA-LUA
— O MUNDO DA CABEÇA DO NARRADOR³⁴⁹**

Sendo não somos, disse e se admirou de que sua cabeça se enchia de clareza e de que todas as palavras se apresentavam.

João Ubaldo Ribeiro, *Vila Real*

— Um dos aspectos mais importantes do romance *Vila Real*, de 1979 — e abri o livro —, é a transposição que realiza, para dentro de seu ambiente ficcional, de uma discussão bastante cara aos escritores, críticos de literatura, professores e todos aqueles preocupados com o fenômeno literário em sua dupla condição de autonomia e identificação diante de outros fenômenos culturais. É uma discussão que se alimenta, antes de tudo, da necessidade, cada vez maior, de se colocar entre parênteses aquilo que até então se revelava fora de dúvida: a literariedade da literatura, ou, para irmos além: a artisticidade da literatura.

— E, se fôssemos ainda mais além, a artisticidade da arte... — disse ele.

— Sim. *Vila Real* dá vida a esse debate através de seus próprios elementos ficcionais, localizados justamente na formação dos discursos do narrador e do protagonista. *Vila Real* — continuei — é um romance sobre a guerra entre o povo de Argemiro e o povo de Genebaldo e Godofredo. É também uma guerra entre o povo pobre daquela região e os grandes interesses capitalistas sobre a terra, que não é, de antemão, de ninguém, mas daquele que a ela chega e nela se instala. Ouça: “... um papel não poderia dar a ninguém direito à terra, porque esta era de quem chegava até a sentir seu cheiro à distância e com ela misturar-se pelo trato

³⁴⁹ — Este capítulo — eu disse a ele — constitui, em parte, a reformulação e o desenvolvimento da idéia central de um artigo que escrevi, já dirigido à tese, e cujo ingresso acabei propondo para integrar a fortuna crítica da obra de João Ubaldo Ribeiro, publicada pela editora Nova Aguilar (Juva BATELLA, “A fala do chefe: discurso e legibilidade no romance *Vila Real*”, in Zilá BERND (org.) & OUTROS, *João Ubaldo Ribeiro — Obra seleta, op. cit.*, p. 105-118.

de todo dia. E nada o papel tem a ver com a terra” (*Vila Real*, p. 36). Mas Argemiro e sua gente perdem a terra: para o povo de Genebaldo e Godofredo e em seguida para uma companhia internacional de mineração, que os expulsa na virada da noite, derrubando com suas máquinas de extração as casas, as roças e as cruzes do cemitério, agora totalmente revirado e profanado. Vou ler:

... [Argemiro] Lembrou que a única terra que todos os homens do mundo estavam dispostos a dar-lhes era a de suas covas. Mas assim mesmo, quando os donos das terras desejavam, até as covas dos defuntos eram tomadas de volta, como aconteceu em Vila Real, quando a Caravana Misteriosa [a companhia de mineração e seus tratores quebradores de pedras] pôs suas máquinas contra o cemitério e de lá arrancou todos os ossos e relíquias e matou a memória de muitos. Estes não tinham pai nem mãe nem ossos nem almas por quem rezar, nem onde botar uma flor, nem sabiam mais quem eram. (...) Até mesmo os gritos dos que imaginavam os parentes e filhos desenterrados e para sempre vagando (...) não conseguiram que eles detivessem as máquinas. (p. 24, 32)

— Argemiro e os seus fogem então para mais longe, assentam acampamento num novo lugar e esperam por mais uma guerra contra o povo de Genebaldo e Godofredo, que os quer bastante longe...

— ... ou bastante mortos — disse o meu interlocutor, e seguiu, com o livro aberto. — Vou ler o primeiro período, quero participar mais.

Assim que Nicoto trouxe a notícia de que os homens de Genebaldo tinham armado suas tendas por todos os lados de Vera Cruz e agora as mulheres se persignavam nas encruzilhadas, rezando pelas vidas dos filhos e maridos, Argemiro previu que o terror se espalharia nos corações dos que estavam ali acampados. (p. 9)

— Logo com esse primeiro período do romance podemos perceber três assuntos essenciais para a história — antecipou-se o meu interlocutor, querendo entrosar-se com o livro —: o recebimento de uma notícia ruim, a capacidade do chefe de ver à frente e, por fim, a natureza dessa visão. Caberá a Argemiro, como chefe que é, tomar as decisões, exercer o comando, dar proteção, ministrar ensinamentos e distribuir boas palavras. Cabe-lhe também, antes de tudo, preparar-se para a guerra, não é? — E sorriu.

— Sim, uma guerra que ele não entende e para a qual não encontra sentido. Uma guerra só tem sentido se também empresta sentido à vida que guerreia. Uma vida sem sentido não merece uma guerra. Argemiro conseguirá

compreender a guerra e ser o verdadeiro chefe de sua gente quando encontrar, por si, uma razão para a vida, aquela vida sem razão aparente de ser. Mas nosso assunto é a guerra, e são também os discursos para a guerra. Para tanto, é importante que se descrevam as representações do poder no interior da história e, principalmente, à volta dos discursos do narrador sobre o seu protagonista, o personagem Argemiro, naturalmente um líder e, ao mesmo tempo, incapaz de acreditar em si mesmo como tal.

— E por que não à volta dos discursos do próprio protagonista? — disse ele, e me entregou o livro.

— Aqui mora o um curioso aspecto narrativo do livro. Argemiro não fala muito, embora pense o tempo todo. E é pela voz do narrador que conheceremos esse homem de poucas palavras em sua trajetória rumo ao mundo das palavras. Basta dizer que é pela voz do narrador que Argemiro vai dar-se conta de que está em profunda paixão por uma das personagens, a mulher Ernesta, assunto das páginas 130 a 135, inteiramente narradas em discurso indireto e indireto livre... — e entreguei a ele o livro. — Vamos, em primeiro lugar, tentar compreender o formato que assumirá a relação de Argemiro com um carisma que ele não crê possuir e com um poder do qual ele não se julga merecedor. Em seguida, podemos fazer a conexão de *Vila Real* com um dos três mapas do poder de que se serve o antropólogo Clifford Geertz³⁵⁰ para analisar de que modo se dá a sustentação dos soberanos frente à sociedade que os entronizou.

— Você está correndo... Você disse há pouco que *Vila Real* entra numa discussão cara aos intelectuais, uma discussão acerca da literariedade da literatura... De que modo entram, nessa história, o narrador, Argemiro e as suas dificuldades para falar? — quis saber o meu impaciente interlocutor.

— A pergunta acerca das razões que levaram Argemiro ao poder e das razões que lá o mantêm é uma pergunta cheia de espelhos enganadores e provações. Por quê? A história de Argemiro é a história do transcurso de uma incumbência: a formação da legitimidade de seu comando junto a seu povo, uma legitimidade somente proporcionada através de uma conquista bastante específica: a conquista da própria fala, das próprias palavras, do próprio discurso. E, para tanto...

³⁵⁰ Referência ao texto “Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder” (p. 182-219), in *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Vozes, 1997.

— Já entendi... E, para tanto, para a conquista da própria fala, Argemiro terá de realizar uma superação: terá de despojar o seu discurso, ou aquele discurso ideal que ele imagina para si, chefe que é, ou que deveria ser... despojar aquele discurso ideal de todos os seus valores intrínsecos, os valores intrínsecos de um discurso clássico de poder, para então transformá-lo numa fala que se apresente e se sustente como uma... uma... — e ele ficou me olhando.

— ... mediação cultural. Eu não gosto muito dessa expressão — confessei —, mas ela aqui é a única coisa que nos resta... E o livro vai tornar bastante explícita essa relação entre Argemiro e o seu narrador, entre o silêncio do protagonista e a inevitável, inevitável porque constituinte da própria forma do romance, eloquência do narrador, eloquência que vamos voltar a encontrar num romance bem mais à frente: o *Miséria e grandeza do amor de Benedita*, publicado em 2000.

— É porque Argemiro não fala que muito falará o narrador... E, pelos vistos, também Benedita e seu finado marido, Deoquinha Jegue Ruço... Eu li esse. E é por muito falar o narrador que Argemiro permanecerá silencioso...

— Sim, são eloquências excludentes. Agora volto à sua questão. Silviano Santiago, em seu texto “Democratização no Brasil — 1979-1981 (Cultura *versus* Arte)”, faz uma pergunta. Se parafrasearmos essa pergunta, teremos a seguinte variação: “Quando é que o discurso de Argemiro deixa de ser literário e sociológico para ter uma dominante cultural e antropológica?”³⁵¹ Substituindo “discurso de Argemiro” por “arte brasileira”, e realizando as devidas concordâncias de gênero, chegaremos à frase de Silviano Santiago...

— Eu faria ainda uma outra pequena alteração: quando é que o discurso de Argemiro deixa de **pretender ser** literário e sociológico para ter uma dominante cultural e antropológica? E como não poderiam os personagens de *Vila Real* estar a falar de arte — continuou o meu interlocutor —, porque, afinal, não é de arte que se está a falar, mas de comida e terra, e não é por ela que se está a guerrear, mas por comida e terra, falar-se-á de poder e de discursos de poder. Tal é a superação necessária.

³⁵¹ P. 11-23, in Raul ANTELO, Maria Lúcia de Barros CAMARGO, Ana Luiza ANDRADE & Tereza Virgínia de ALMEIDA (orgs.), *Declínio da arte, ascensão da cultura*, Florianópolis, Letras Contemporâneas e ABRALIC — Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1998, p. 11.

— A Argemiro? Sim. Aliás, gostei da sua mesóclise... E eu pretendo — continuei, animado — que o meu capítulo sobre *Vila Real*, lá na tese, seja uma das maneiras de ver representada essa superação.

— A outra maneira, claro está — concluiu, com evidente vontade de entrar no texto... —, constitui a própria história do romance *Vila Real*, não é? Vamos a ela.

4.1. O REI ESTÁ SEMPRE NU

— Não. Vamos, antes, entrar no texto de Clifford Geertz, “Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder”, que nos vai propor de imediato uma alternativa de reflexão acerca do que pode significar a qualidade do carisma. — E eu, retirando mais um livro das nossas infinitas estantes, li: — “... um fenômeno cultural ou um fenômeno psicológico?”; “... um *status*, um estímulo ou uma fusão ambígua dos dois”³⁵²

— Eu me lembro de que Weber foi um dos que...

— Sim, sim — interrompi-o, para variar. — Foi a sociologia de Weber que reconheceu no problema a sua merecida complexidade, isso diz Geertz, e ele chama a essa complexidade weberiana polifonia, atribuindo-lhe não apenas o mérito de salvar a questão do simplismo, mas também o defeito de torná-la indócil para o manejo teórico.

— Weber é um pensador difícil... Mas por que ele a tornou “indócil”?

— Uma das conseqüências dessa “intangibilidade crônica”, para responder à sua pergunta com um termo de Geertz, revela-se sobretudo na preponderância do aspecto psicológico sobre o aspecto cultural; aspecto psicológico entendido em sua faceta degradada e psicologizante.

— Mas não é Weber o responsável pelo maior peso dado ao aspecto psicológico da discussão sobre o carisma, pois não? Não ele, que...

— Não, não ele... Para Geertz, trata-se de uma redução operada pelas leituras que se fizeram de Weber — e citei —, “... redução da valiosa complexidade weberiana a clichês neofreudianos”.³⁵³ A partir dessa leitura degradada, que para

³⁵² *Op. cit.*, p. 182.

³⁵³ *Id.*, p. 183.

Geertz é típica desses “tempos mais recentes e menos heróicos”,³⁵⁴ toda a força do carisma derivaria não daquele que o possui mas de uma determinada configuração social caracterizada por uma desordem psicopatológica a dar vazão ao aparecimento desses seres de brilhosa personalidade...

— O brilho da personalidade devendo-se aqui muito mais, por contraste, à opacidade do conjunto do que a alguma característica genuinamente singularizadora... — disse o meu interlocutor, e muito bem.

— Sim, e isso pode resultar num esvaziamento do conceito de caráter, agora atrelado ao estabelecimento e à permanência de uma específica condição social com todas as características de uma cultura de massa. Geertz, em meio a tantas idéias, destaca uma necessidade: definir “a razão pela qual alguns seres humanos vêm transcendência em outros, e exatamente o que significa esta transcendência”.³⁵⁵ E Geertz cita Edward Shils — continuei — como um estudioso que procurou revitalizar aspectos adormecidos do complexo weberiano de carisma: entre eles a possibilidade de uma nova interação entre a coletividade e o indivíduo, representado este pelo seu valor simbólico e aquela através de seus centros ativos da ordem social. Tais centros... Escute:

... Tais centros, que “não têm qualquer relação com geometria e muito pouco com geografia” são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental.³⁵⁶

— E mais tarde, no texto do próprio Geertz — segui —, há a exposição dos centros e dos momentos do poder onde tanto a geografia quanto a geometria ocupam posição decisiva para a permanência do poder como tal.

— Muito bem, eu já percebi que você leu muito bem o Geertz, mas de que maneira podemos iluminar o romance *Vila Real* com as peculiaridades do raciocínio de Shils, ou de Geertz? — e ele cruzou os braços.

³⁵⁴ *Id.*, p. 182.

³⁵⁵ *Id.*, p. 183-184.

³⁵⁶ *Id.*, p. 184.

— Ora, Argemiro não se sente *a priori* chefe de povo nenhum. Falar de uma chefia *a priori* significa falar de uma chefia inata; significa falar de um carisma que então vem a resultar, pragmaticamente, em efetivo comando. Argemiro não se considera naturalmente um chefe até o exato momento em que ele e seu povo se vêem desprovidos de um centro para o giro da ordem social.

— É justamente quando não há mais nada ao redor, não há terra nem comida nem armas, que Argemiro é alçado à condição de líder, não é?

— Sim. Geertz faz referência, em seu texto, às estruturas simbólicas de dominação que, em determinadas sociedades mais complexas, se tornam extremamente palpáveis e evidentes, deixando o poder, digamos assim, exposto à sua máxima visibilidade. Ouça — e li —: “... a visibilidade é tanta que acaba deixando a descoberto aquela verdade que todo o misticismo do cerimonial da corte deveria supostamente esconder — ou seja, que a majestade não é inata, e sim construída”.³⁵⁷

— E que o rei, afinal, pode estar nu... — disse ele.

— O rei está sempre nu! — e acrescentei a uma frase de efeito uma segunda frase de efeito. — Quando, em *Vila Real*, vemos a majestade de Argemiro se configurando justamente a partir da ausência de uma estrutura palpável de poder, de ritos, de cerimoniais e de cultos legitimadores, tendemos a atribuir à sua liderança um caráter mais inato do que construído.

— Mas isso pode ser falso... — disse ele.

— Sim, porque não se pode, por outro lado, permanecer por muito tempo na idéia da chefia congênita. Em *Vila Real*, será a ausência de um centro para a comunidade, uma ausência provocada do modo mais brutal, através da expulsão e do morticínio, o fator decisivo para a instauração da necessidade de um chefe...

— Um chefe que passará a trabalhar numa espécie de vácuo geográfico?

— Sim — e abri o livro. — Ouça:

... Primeiro, moraram na parte melhor da Jurupema, que não se chama Aratanha. Corridos, moraram em Vila Real. De lá, buscaram Aratanha, quando a Caravana Misteriosa fez com que eles saíssem de onde tinham plantado roças e pensado em sossegar. Se voltavam agora a Vila Real, cumpria dizer que não existia esperança de que os homens da Caravana Misteriosa (...) quisessem que eles ficassem ali. (p. 24-25)

³⁵⁷ *Id.*, p. 187.

— A esse vácuo geográfico — continuei — ele vai dever a razão de ser de seu comando. Toda a luta de Argemiro, no entanto, será o trespassar de sua condição de chefe. Para ele, tudo estará bem quando não precisar agir como um chefe, porque então seu povo terá um lugar para viver, já que ninguém “pode habitar uma estrada nem tampouco nela criar filhos” (*Vila Real*, p. 37). Um lugar para o restabelecimento da ordem social e a figura de um chefe vão aqui constituir, no entendimento de Argemiro, elementos excludentes.

— Você chegou a atribuir à liderança de Argemiro um caráter inato..., e isso equivale a estarmos aqui falando, de certo modo, do carisma de Argemiro, não? E no entanto ele mesmo nega a sua liderança.... Mas o que fazer então do carisma?

— “O carismático” — e citei Geertz — “não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo do centro das coisas.”³⁵⁸ O centro das coisas em *Vila Real* é a guerra, e mais nada. Estivesse o povo de Argemiro em condições de estabilidade, outras áreas da vida social poderiam emancipar-se, ganhando evidência e comando, como a agricultura, a religião ou a arte do artesanato. Argemiro, nesse caso, acredita ele, não teria de suportar o peso do comando, uma vez que ele não seria chefe de coisa alguma.

— Mas, por razões que ele mesmo não consegue entender, ele constitui, mesmo assim, uma referência para a sua gente... Ouça — e o meu interlocutor leu um trecho de *Vila Real* —: “O senhor (...) fala com sabedoria”, diz-lhe o combatente Alarico, “como podia falar meu próprio pai. Muitas vezes ele me disse que sua voz era a de mais juízo entre todos os que viviam na Jurupema (...), que sua força era conhecida e sua idéia respeitada” (p. 22).

— Sim. Alarico está a expor o que seria o carisma de Argemiro, ou a sua parte visível..., porque o romance, em sua grande parte, acontece apenas na cabeça de Argemiro e na fala do narrador, que expõe, para o leitor, o pensamento de seu principal personagem. E ainda acrescento: Geertz diz que o carisma não necessariamente deve sua aparição e seu desenvolvimento à extravagância de uma condição emergencial. O carisma deve ser entendido como parte da normalidade cotidiana da vida social.³⁵⁹ Argemiro, que tem o carisma...

³⁵⁸ *Id.*, p. 184.

³⁵⁹ *Id.*, *ibid.*

— Já entendi. Argemiro, que tem o carisma, embora nele não acredite, não crê que esse carisma deva ser convertido em chefia permanente, pois somente um povo em guerra, pensa ele, precisa de um chefe. E...

— Sim — retomei —, e é por não acreditar na transcendência exclusiva de seu carisma que Argemiro, sob hipótese alguma, será tentado a transformar seu poder em algo vitalício ou mesmo totalizante. Um dos principais problemas do personagem Argemiro...

— Não tivesse ele problemas, não seria ele um herói ou, quando menos, um chefe...

— Sim, sim. Um de seus problemas é justamente a sua incapacidade para reter somente para si a aura e o produto dessa transcendência, uma transcendência que ele acredita possuírem todos, e não apenas ele, ou, ainda, muito menos ele. Argemiro espantava então a idéia de transcendência e seu corolário imediato, a chefia, e espalha essa idéia entre os de seu povo. Ouça, e observe que quem está a falar é o narrador; Argemiro só pensa: “Como trazia também sob seu comando as mulheres e as crianças (...), Argemiro pensou com grande melancolia que **todos eles teriam razão** se, ao receberem a notícia, **decidissem** não mais haver motivo ou sustança para lutar” (p. 11, realcei). Argemiro, que não se sente um líder, não questionaria uma suposta desobediência às suas ordens.

— E nem mesmo consegue agir como um líder? Refiro-me à encenação do poder...

— Nem assim. Argemiro não consegue nem mesmo operar, ainda que minimamente, essa encenação do poder de que foi revestido pelo seu povo: tendo recebido a notícia de que, brevemente, seriam todos atacados, Argemiro sobe ao topo de uma pedra. Conforme revela o narrador, quase a todo o tempo em discurso indireto livre e, portanto, quase a todo momento por dentro da cabeça de seu personagem, Argemiro subiu à pedra “mais para ficar sozinho do que para sopesar qualquer grande questão” (p. 10).

— Ou, poderíamos completar, para simular que sopesava qualquer grande questão... — observou ele, apontando-me a página 73: “... pôs a perna direita para a frente em cima de uma pedra e pensou em botar a mão no queixo (...). Ora, isto é hora de pensar na posição, se isto é hora de pensar nessas perfumarias”.

— Sim, bem citado. Há, no entanto, uma outra modalidade de carisma que funcionará muito bem através do acionamento de uma qualidade oposta àquela de

que fala Geertz. À proximidade dos centros ativos da ordem social pode-se contrapor a sua ausência, uma ausência que será tanto mais carismática quanto mais cercada de incompreensão e imprevisibilidade. A organização social que se observa no romance *Vila Real* é toda ela marcada pela ausência: ausência de um lugar para se assentar a vida, ausência de um chefe, ausência de previsões e provimentos, ausência de grupos de poder rivais localizados internamente, ausência, enfim, de centros ativos da ordem social. Uma *sociedade da ausência*.

— Mas você disse que o centro das coisas em *Vila Real* é a guerra...

— Sim, eu disse, é verdade. O único centro ativo da ordem social é a guerra. Quando Argemiro e seu povo se vêem perdidos e bastante próximos de um segundo ataque por parte da gente inimiga de Genebaldo e Godofredo, surge dos matos aquele que é conhecido como o que não existe, “o Filho de Lourival”, alcunha sob a qual se revezam quatro homens, todos a responder pelo nome “o Filho de Lourival”. Ouça:

... esse Filho de Lourival aparecia e desaparecia com petrechos de guerra e de amedrontamento, arremetido pelos ermos e pelos cerrados e pelos montes. Há quem diga, falou Argemiro (...), que ele é uma assombração, indo e voltando igual a luz de cemitério e que não tem nome. (p. 59)

— Se o “carisma é sinal de envolvimento com os centros que dão vida à sociedade”³⁶⁰ — continuei, citando —, e se tais centros, no caso de *Vila Real*, se resumem à guerra, o carisma daqueles conhecidos como “o Filho de Lourival” nascerá de sua relação com a guerra iminente.

— Mas não só...

— Não só... Todo o magnetismo que os tais homens assim chamados “o Filho de Lourival” irão exercer sobre Argemiro e todo o carisma que se desprenderá de suas pessoas serão devidos à sua familiaridade com a guerra, sim — eu disse —, mas também à sua condição fugidia de homens raros. Ouça de novo:

... quando aparece o Filho de Lourival, nunca se diz o nome que traz de pia, nem qualquer outra informação. Por esta razão, quando ele vem, explica que não existe. (...) ... você pensa que eu existo? Você se engana, você esfregue os olhos e vai ver que eu não sou. Eu sou na sua cabeça, eu sou o que você quer. (p. 56)

³⁶⁰ *Id.*, p. 186.

— E serão devidos também a uma terceira razão. Argemiro irá respeitá-los, a esses quatro homens, como se respeita a um verdadeiro líder, amedrontado e estimulado principalmente por essa terceira razão, à qual se atribuirá um conteúdo sagrado, e a esse conteúdo sagrado um poder soberano — e me levantei, fazendo pose —: a intimidade com as palavras.

4.2. VILA REAL, MARROCOS

— O texto de Geertz — e recolociei-o sobre a mesa, diante de um atentíssimo interlocutor — expõe o que poderiam ser considerados mapas do poder, em três sociedades e três tempos diversos: a Inglaterra do século XVII e seu centro máximo de poder, Elizabete Tudor; depois a terra de Java e seu rei Hayam Wuruk; e em seguida o Marrocos e o reinado a duras penas de Hasan.

— E cada um desses mapas é o quê? A indicação do funcionamento das estratégias de manutenção do poder junto à sociedade?

— Sim. Geertz mostra-nos então: Elizabete a manipular e a incorporar à sua imagem de soberana os símbolos morais e cristãos que davam sentido não apenas àquela sociedade mas a todo o universo, e o mesmo universo inteiramente geometrizado segundo uma rígida hierarquia de mandos a caracterizar e congelar na imortalidade o poder real e magnífico de Hayam Wuruk. Leia aqui, por favor, esse texto sagrado citado por Geertz — e indiquei-lhe a página.

... Camponeses reverenciam os chefes, (...) os chefes reverenciam os senhores, os senhores reverenciam os ministros, os ministros reverenciam o rei, os reis reverenciam os sacerdotes, os sacerdotes reverenciam os deuses, os deuses reverenciam os poderes sagrados, e os poderes sagrados reverenciam o Nada Supremo.³⁶¹

— Obrigado. E, finalmente, o que mais nos interessa aqui, em função de sua proximidade com o mundo do romance *Vila Real*, o poder a bastar-se como coisa-em-si, o poder que, vou citar, “não precisa ser representado como outra coisa além de si mesmo para que se inunde de significados transcendentés”.³⁶²

³⁶¹ *Id.*, p. 195-196, citando T. Pigeaud, *Java in the 14th century: a study in cultural history*, 5 vols., Haia, 1963.

³⁶² “Centros, reis e carisma...”, *op. cit.*, p. 202.

Altere aqui o tempo verbal das duas frases citadas, para que se pudessem encaixar melhor no período — e me sentei.

— Há algum princípio que oriente essa sociedade marroquina de Hasan? E também, conseqüentemente, que oriente a *sociedade da ausência*, em nosso *Vila Real*?

— Há, sim, mas, antes, ouça este depoimento de João Ubaldo Ribeiro acerca dessa sociedade que ele tão bem conhece:

— ... o baiano do Recôncavo — falador, pegador, alisador, compositor, cantor, declamador, tomador de intimidades instantâneas, preguiçoso, relaxado, incapaz de compreender a necessidade de horários, festeiro, cara-de-pau... (...). Em contraste, vem o baiano do sertão, o euclideano “antes de tudo um forte” (aliás, Euclides da Cunha se referia a nós, do Recôncavo, como “mestiços neurastênicos do litoral” (...)), gente muito diversa do pessoal da praia. (...) São os baianos de ancestrais cangaceiros, coronéis, jagunços, combatentes de Canudos, acostumados a “tudo pouco”: pouco de comer, pouca chuva, pouca conversa, pouca brincadeira, pouca intimidade, tudo pouco.³⁶³

— Quanto ao princípio, objeto de sua pergunta — continuei —, ele pode ser assim expresso: “... as pessoas só possuem verdadeiramente aquilo que têm a capacidade de defender”.³⁶⁴ E porque estão sempre a defender algo, terras, honras e posições, estão sempre a viver a experiência da posse com a intensidade de quem está prestes a perdê-la. Se não é renovada constantemente através de luta e ameaça, a posse inverte os sinais de sua relação com o objeto possuído. E isso...

— Há um trecho de *Vila Real* que resume essa inversão — disse ele, enquanto folheava o romance, todo sublinhado por mim. — Escute: “... a coisa possuída traz o condão de possuir mais do que é possuída”, diz Argemiro...

— ... em discurso indireto livre do narrador, e conclama: “Vamos guerrear. Por quê? Porque tudo isto é uma discordância” (p. 75). Eu conheço, meu caro, os trechos que eu mesmo sublinhei...

— E a *sociedade da ausência* que você mencionou como sendo a característica mais marcante do povo de Argemiro — continuou, impassível, o meu interlocutor — guarda sua razão de ser no estado de constante *perda-vigilância-perda* em que vivem seus membros...

³⁶³ “Os baianos”, **Manchete**, texto sem data.

³⁶⁴ “Centros, reis e carisma...”, *op. cit.*, p. 204.

— Isso. O poder soberano, do mesmo modo como tudo o mais, é obrigado a renovar-se e a legitimar-se a cada dia, tendo por recurso apenas a si próprio. Este “a si próprio” poderia concretizar-se através do conceito norte-africano de *baraka*. Ouça:

... O termo já foi comparado a inúmeros outros conceitos na tentativa de explicá-lo — maná, carisma, “eletricidade espiritual”; trata-se de algo assim como um dom de poder sobrenatural que pode ser utilizado por aqueles que o recebem a seu bel-prazer (...). Mas o que melhor define *baraka*, e o que o diferencia de outros conceitos semelhantes, é que é radicalmente individualista.³⁶⁵

— Se eu lhe perguntasse qual a diferença entre o carisma de Argemiro e o carisma daqueles homens conhecidos como “o Filho de Lourival”, você saberia responder? — antecipou-se o meu interlocutor.

— Acho que sim... O *baraka* é algo que se tem ou não se tem. O Filho de Lourival, como vimos, funda seu carisma na capacidade de organizar a guerra, nos mistérios de sua ausência e na boa lida com as palavras. O carisma de Argemiro não tem razão aparente de ser, e, por não ter razão aparente de ser, ele não o compreende e nele não acredita. Veja: “O senhor (...) fala com sabedoria”, já lhe disse o combatente Alarico, como vimos. Argemiro não alcança a natureza de seu carisma, justamente porque seu carisma é *baraka*: “... algo que um indivíduo simplesmente tem, como tem força, coragem, energia ou agressividade, e, como o são estes atributos, é também distribuído arbitrariamente”.³⁶⁶

— O *baraka*, no entanto, constitui apenas um dos caminhos para o poder; o outro encontra sua direção na força da linguagem como fator de comunicação, coerção e incitamento — disse ele.

— Isso. Toda vez que se põe a pensar em seu próprio papel junto ao povo de Vila Real, Argemiro sopesa a qualidade de sua linguagem, não apenas de sua linguagem, mas a daqueles a quem considera. O povo de Vila Real não tem nada mais senão a linguagem de que Argemiro terá de valer-se para sobreviverem todos, e Argemiro, finda a guerra, sente que não é mais o mesmo, e tem a certa altura uma visão, a visão...

... das palavras que podiam trazer sangue ao rosto dos que as ouviam e podiam

³⁶⁵ *Id., ibid.*

³⁶⁶ *Id., ibid.*

molhar aquela terra como a chuva ou secá-la como o sol e que uma só palavra bem posta — e viu então que não faltava nada a não ser palavras nos lugares em que sabia que faltava tudo (...) — e que uma só palavra podia resolver, a qual não sabia. (p. 148-149, realcei este belo trecho)

— Bonito, né? Em outro momento do romance, quando estão Argemiro e o personagem Gaudêncio a mirar os matos que os cercam, verificando assim a fragilidade incontestável de todos ali, à espera do povo assassino de Godofredo e Genebaldo — disse eu —, ouve-se a fala de Gaudêncio: “Tem mais rolas nesses matos (...) do que rola em todos os matos da Jurupema”. Em seguida, a observação do narrador, em discurso indireto livre, incorporando o atento Argemiro: “A fala de Gaudêncio tinha uma nota clara e certa e, no silêncio que boiava sobre todas as cabeças, ela soltou-se como a voz de uma corneta” (*Vila Real*, p. 11). O mesmo que diz Geertz acerca do poder intimidatório da linguagem na estrutura de poder no Marrocos poderíamos dizer aqui acerca das expectativas de Argemiro: a linguagem...

... dá a todo tipo de conversa que não seja totalmente fútil uma qualidade de um pega-pega com palavras, uma colisão frontal de imprecações, promessas, (...) desculpas, rogos, ordens, provérbios, argumentos, (...) citações, ameaças (...), que não só valoriza enormemente a fluência verbal como dá, à retórica, um poder inequivocamente coercitivo: (...) “ele tem palavras, oratória, máximas, eloquência” também quer dizer, e não só metaforicamente, “ele tem poder, influência, peso, autoridade”.³⁶⁷

— A peculiaridade da sociedade marroquina de Hasan em relação aos contextos elizabetano e javanês mora... — começou o meu interlocutor.

— ... mora, sim, na potência simbólica das palavras num universo onde, afora o discurso e a energia suficiente para mantê-lo em funcionamento, nada mais existe. — E prossegui: — O mesmo torneio de vontades verificado por Geertz no Marrocos de Hasan, torneio responsável pela criação de uma verdadeira “sociedade agonística”, pode ser encontrado no impasse de Argemiro acerca de qual discurso seria o certo e o apropriado para aquela gente, aquele tempo e aquela guerra. E seu torneio de vontades dá-se por dentro da cabeça, uma cabeça, a sua própria, que de início ele não compreendia e apenas sentia latejar; uma cabeça, a sua própria, que depois se foi tornando clara e amiga à medida que foi

³⁶⁷ *Id.*, p. 173.

encontrando dentro de si as suas palavras mesmas. — E citei, com um certo arrebatamento, o período que penso em usar como epígrafe ao meu capítulo sobre o universo de Argemiro: — “Sendo, não somos, disse e se admirou de que sua cabeça se enchia de clareza e de que todas as palavras se apresentavam” (p. 143).

— Há uma idéia que podemos desenvolver — começou o meu interlocutor — acerca da relação entre a cabeça de Argemiro e a figura do narrador. Veja que...

4.3. O “ESPÚRIO LEGÍTIMO”

— Deixe-me concluir — e me dispus a retomar a idéia que deu início à conversa sobre *Vila Real*. — Num artigo recente acerca do panorama da literatura brasileira contemporânea, Silviano Santiago escreveu: “O leitor estrangeiro não quer compreender as razões pelas quais, na literatura brasileira, o legítimo quer ser espúrio a fim de que o espúrio, por sua vez, possa ser legítimo”.³⁶⁸ Silviano referia-se a uma tendência de hibridização pouco apreciada e entendida pelo público de fora que se põe a ler a atual produção literária brasileira. Esse leitor de fora quer ver “o estético na arte e o político na política”.³⁶⁹ As mútuas contaminações afetam a vontade de pureza que se costuma esperar de ambos os campos.

— Essa vontade de pureza, no entanto, é uma expectativa, como você mesmo disse, ou melhor, como disse o Silviano Santiago, uma expectativa estrangeira. E por que razão estamos aqui a percorrer o relevo de uma expectativa estrangeira sobre a literatura nacional?

— Chego lá. Se um romance qualquer consegue trazer para o seu artesanato literário uma discussão política relevante, seja ela qual for, diga aí...

— Sei lá... a injustiça social, a patética distribuição das riquezas nacionais, a violência banalizada, a indiferença dos governantes, a mediocridade intelectual das elites econômicas...

— Sim, sim — e agradei pela lista —, que se pense no tema mais desagradável e urgente... Se esse romance consegue, nas palavras de Silviano,

³⁶⁸ “Literatura anfíbia”, *Folha de S. Paulo*, 30 jun. 2002.

³⁶⁹ *Id.*

deleitar e comover, e ainda por cima ensinar,³⁷⁰ ele alcança, não uma legibilidade para os de fora, o leitor estrangeiro, em sentido lato, que o vê como espúrio, mas uma legibilidade dirigida, para usarmos outra palavra em sentido lato, extremamente lato, ao povo. Vai tornar-se aqui, para este público, legítimo. Ouça. Silviano escreve, recuperando Pound, como você bem lembrou na nota: “Talvez pudéssemos nos ater apenas a dois princípios da estética: o livro de literatura existe *‘ut delectet e ut moveat’* (para deleitar e comover). Pudéssemos nos ater a esses dois princípios e deixar de lado um terceiro princípio: *‘Ut doceat’* (para ensinar)”.³⁷¹

— Ora — e o meu interlocutor se levantou em direção ao café —, um dos aspectos desse artigo de Silviano reside na análise do desvio que teve de fazer a literatura brasileira para contornar uma deficiência de base na formação de nossa sociedade: o déficit educacional. Muito bem, mas como funciona essa discussão dentro do “conto militar” de Ubaldo? E, antes que você responda, deixe-me citar aqui uma resenha do jornalista Renato Pompeu, escrita em 1979, que vislumbra importantes características de uma literatura brasileira então nascente — e ele retirou de nossos infinitos arquivos uma matéria de revista. — Trata-se, como você deve saber — e ele sorriu —, de uma resenha sobre *Vila Real*.

... Diante desse quarto livro de ficção de João Ubaldo Ribeiro (...) seja permitido meditar sobre o destino do bom escritor brasileiro. O pequeno público treinado para ler regularmente no país parece preferir **obras de informação, tipo reportagens ou biografias, certo de que dados, estatísticas e datas proporcionam visão exata dos problemas nacionais.**³⁷² Quanto a obras de ficção, esse mesmo público tende a preferir romances estrangeiros, que lhe dão a visão da vivência desejada no futuro (...).

(...) Ele [João Ubaldo] proporciona o que só a ficção pode dar: ao lado do prazer de ler, da fruição da palavra, também um comentário emotivo sobre a condição do homem, uma consciência sentimental de um modo de vida tão

³⁷⁰ — Nas palavras de Silviano, não — corrigiu-me ele, em nota —; nas palavras de Ezra Pound, a citar Rodolfo Agricola. — E, pegando o *ABC...* de Pound, leu que — “... numa edição que data de mil e quinhentos e pouco, diz que a gente escreve *ut doceat, ut moveat aut delectet*, para ensinar, para comover ou para deleitar” (“Segunda série, Capítulo VIII” (p. 65-66), in *ABC da literatura*, São Paulo, Cultrix, 1989-90, p. 65).

³⁷¹ “Literatura anfíbia”, **Folha de S. Paulo**, 30 jun. 2002.

³⁷² — Quanto a isso, observa ainda João Ubaldo Ribeiro, nessa entrevista. Ouça. — E o meu interlocutor, aparentemente já inteirado dos papéis de minha pesquisa de imprensa, leu: — “Então, você (...) diz: ‘Itaparica é uma ilha de tantos quilômetros, com tal número de habitantes, tais atividades econômicas e determinados níveis de renda’. Isso é conhecer Itaparica? (...) A arte (...) é uma forma de conhecer, que você chama de ‘misteriosa’, na falta de melhor palavra. (...) Isso ao mesmo tempo é a maldição e a bênção do escritor” (Vander PRATA, Fernando ESCARIZ & Antônio RISÉRIO, “João Ubaldo Ribeiro: Viva o povo brasileiro”, **Jornal da Bahia**, 3 set. 1983).

distante do leitor, num mundo criado pela arte em que mesmo assim o leitor se pode reconhecer.³⁷³

— Posso observar — disse eu — o quão belamente o romance se encaixa no que está dizendo Silviano Santiago. Uma literatura para deleitar, comover e... ensinar — e folhee a matéria. — Estão dizendo praticamente o mesmo...

— Sim. Silviano Santiago está a comentar a configuração de uma literatura anfíbia que, no entanto, já estava configurada, e comentada, 23 anos antes...

— Sim. *Vila Real* foi publicado em 1979, ano referido por Silviano como um dos marcos para uma importante transformação dentro da arte e da cultura brasileiras. Ele circunscreve — e li — o “momento histórico da transição do século XX para o seu ‘fim’ pelos anos de 1979 a 1981”.³⁷⁴ Do mesmo modo, o discurso de Argemiro deverá ser e parecer-lhe, num primeiro momento, espúrio, ou seja, estranho àquilo que ele mesmo esperaria de um discurso a seu povo, um discurso que deveria ter em si o conhecimento que ele, Argemiro, não tinha; que deveria ter em si todas as muitas palavras que Argemiro não conhecia; que deveria ter em si toda a instrução que Argemiro não pôde adquirir devido ao óbvio fato de ter passado a vida sobre a enxada; um discurso que acabaria por aparentar, enfim, uma legitimidade que, no entanto, não conseguiria sustentar-se por muito tempo. Vou ler um trecho. Ouça: “— Sim — disse Argemiro, sentindo que o coração se apressava e a cabeça empacava, na falta das palavras que gostaria de dizer e que sabia trazer dentro de si, mas não havia como elas tomassem forma e voassem da boca” (p. 88).

— Isso lembra Homero — disse ele. — “Que palavra rompeu a barreira de seus dentes?” etc. etc. E me lembra também um trecho daquele texto de Silviano Santiago, “Vale quanto pesa...”, em que ele fala do personagem Riobaldo, “sempre querendo afirmar-se como chefe, mas faltando-lhe a bravura e a hombridade necessárias”.³⁷⁵ No caso de Argemiro, faltam-lhe mesmo as palavras, as palavras — e me estendeu outra xícara de café.

— E também a bravura. Ouça: “Ai, disse Argemiro, não sei falar, não sou valente, e ia gostar de estar num copiar, espiando bois, só peço que venha comida, só peço que não me peçam. Mais do fazer é o parir” (p. 121). — E continuei meu

³⁷³ “Alta tensão”, *Veja*, 18 jul. 1979, realces do meu interlocutor.

³⁷⁴ “Democratização no Brasil...”, *op. cit.*, p. 11.

³⁷⁵ “Vale quanto pesa”, *op. cit.*, p. 35.

pensamento: — Pois bem. Esse legítimo discurso ideal presente somente na cabeça e nas vontades de Argemiro tem a obrigação de, necessariamente, jogar por terra suas qualidades apriorísticas, as suas muitas palavras instruídas, compridas e didáticas, e, com urgência, contextualizar-se. Ouça: “E aí Argemiro compreendeu todas as palavras, em primeiro lugar pelo som que fazem, o qual traz cólicas ou risos ao rosto (...) ou ódios imorredouros ou pesadelos esquecidos antes de deixarem de ser as nuvens escuras que rodeiam as cabeças das pessoas” (p. 146).

— Bonito... E a partir do momento em que ganha espontaneidade mas perde, para Argemiro, a aura do que seria um legítimo discurso de poder, torna-se automaticamente, no seu apressado entendimento, espúrio? — arriscou ele.

— Sim, mas espúrio apenas por um instante, porque, logo em seguida, se esse discurso consegue abrir-se para o seu contexto e dele se alimentar, consegue atingir uma terceira condição.

— Torna-se então, de outro modo e sob outras máscaras, legível, ganhando assim uma nova e diferente legitimidade?

— Sim — e eu, abrindo um sorriso, li um trecho. — Argemiro “teve perfeito entendimento das palavras enquanto as sopesava, avaliava e estimava, ao flutuarem elas no ar” (p. 147). A toda essa volta podem-se dar os nomes de engajamento, comprometimento e experiência social. — E continuei: — A legitimidade de uma posição de chefe, uma posição de chefe a ser conquistada e mantida pela via do discurso, ou seja, da escolha certa das palavras certas aos ouvintes certos acerca dos assuntos certos nos momentos certos, instaura um impasse, no entendimento do personagem Argemiro, acerca de qual discurso seria o discurso “correto” para os de sua gente.

— Ainda é o caso de se perguntar o que há de errado com as palavras de Argemiro...

— Sim, é sempre o caso de se perguntar o que há de errado com as palavras de Argemiro... Elas não correspondem àquilo que ele próprio esperaria das palavras de um líder. As palavras de um líder devem ser importantes, difíceis, poderosas e, antes de tudo, e esta qualidade restou em último lugar justamente para que ficasse salientada a sua precedência sobre as demais, antes de tudo, dizia eu, as palavras devem ser muitas. Mas essas palavras que Argemiro quer para si... essas muitas palavras são as palavras do narrador; não as dele.

— “Se uma mulher sabe mais palavras do que nós, podemos chamar essa mulher de homem?” (*Vila Real*, p. 125) — leu o meu interlocutor.

— Boa citação. Isto é o que pergunta a si próprio Argemiro, ensimesmado diante de uma mulher, Ernesta, por quem nutre uma admiração que ele não consegue entender, uma vez que baseada em qualidades normalmente associadas aos homens, tais como a voz do mando, voz firme, precisa, clara, a voz, enfim, de um chefe. É o que faz Diadorin, em *Grande Sertão...*, para sustentar-se como homem... Ernesta terá em Maria da Fé, de *Viva o povo brasileiro*, o seu espelho distante, e nem tão distante assim...

— E também as palavras devem ter por trás de si conhecimentos adquiridos pelo estudo e pela leitura — animou-se ele, livro à mão, sem ouvir esta minha última idéia —, conhecimentos como os que tem o padre Bartolomeu, por exemplo, “cujo conhecimento ia além do de todos os homens” (p. 29), cuja cabeça sabe de tudo e, portanto, conhece todas as palavras que se referem a esse “tudo”.

— Mas ele, Argemiro, não tem capacidade para resolver os problemas de sua gente, porque ele, Argemiro — e citei, na mesma página, recuperando o livro —, “não sabia muitas das palavras de que iria necessitar, palavras que eram névoas e caroços por dentro do que via”. E agora volto a Silviano Santiago, antes que você me peça que o faça... Silviano identifica o campo da arte como especialmente convidativo para que se arme o debate acerca da explosão das muralhas, as muralhas que distinguem “o erudito do popular e do pop” e as muralhas que distinguem a então única esquerda brasileira, contraposta à repressão militar de 1964 a 1979,³⁷⁶ das novas esquerdas, diferenciadas, agora internamente, a partir de múltiplos discursos e múltiplas identidades sociais. Do mesmo modo...

— Deixe-me concluir — disse ele. — O romance *Vila Real*, tomando como matéria-prima a política e a guerra numa pequena comunidade rural, realiza, a seu turno, a mesma discussão, tendo por agente Argemiro e por “questão” a necessidade de o seu discurso ser legível, total e potentemente legível por todos. Vou ler, dê-me o livro:

³⁷⁶ — Se tomado tecnicamente — interrompeu-me ele, abrindo uma nota didática —, o militarismo no Brasil só termina no dia 15 de março de 1985, data em que chega ao fim o governo de João Figueiredo e é implantada no país a República Nova, com a posse do vice-presidente José Sarney. O ano de 1979 pode ser, no entanto, tomado como um marco por ser o ano de término do governo Geisel (1974-1979), responsável pela “abertura política” no país.

... Não soube quanto tempo sentiu que de si saíam as palavras e não sabia se estava deitado, sentado ou de pé. Não sabia mesmo se estava ou estava onde e as palavras também não só saíam dele, como vinham de todos os cantos, fazendo daquilo tudo um oceano. Entendeu que as palavras vinham tomar corpo em sua cabeça e depois velejavam de todas as cores e se enfunavam loucamente, tudo uma festa panda e tremulante, e então pôde notar que aquelas palavras também pareciam pedras e passarinhos sobre o campo. (p. 147)

— Então — e lhe tomei o livro —, do mesmo modo como o “poema se desnuda de seus valores intrínsecos para se tornar um mediador cultural”,³⁷⁷ as palavras de Argemiro não devem conter em si nada que não seja arrancado à força da vida de todos os dias de seu povo. Do mesmo modo como, em nome da comunicabilidade e da transitividade, se deve “esvaziar o discurso poético de sua especificidade (...), equipará-lo qualitativamente ao diálogo provocativo sobre o cotidiano”,³⁷⁸ com as suas novas palavras — e me levantei —, palavras que não sabia que sabia, falará Argemiro muitos discursos a seu povo, estabelecendo assim “a combinação extemporânea da prática política aliada à prática da vida”,³⁷⁹ para citarmos mais uma vez as palavras de Silviano Santiago acerca da mudança de lugar do discurso político das esquerdas: da Política para o exercício cotidiano da política; da Arte para o exercício cotidiano da arte.

— ... do comando para o exercício cotidiano do comando.

— Sim, sim — e pedi a ele mais café.

4.4. O NARRADOR-ENSAÍSTA

— Gostei bastante de sua reflexão: o romance *Vila Real* como um universo onde se desenrolam dramaticamente as questões exposta por Silviano Santiago. Ele, em algum momento, em algum dos dois textos que você usou, cita Ubaldo?

— Não, não cita, e, pelo que eu saiba, nunca citou...

³⁷⁷ Silviano SANTIAGO, “Democratização no Brasil...”, *op. cit.*, p. 14

³⁷⁸ *Id.*, *ibid.*

³⁷⁹ *Id.*, p. 15.

— Pois bem — e ele coçou a cabeça, mudando de assunto. — Eu gostei de sua reflexão, mas senti que nos afastamos do narrador, se é que chegamos a nos aproximar...

— Sem dúvida que sim — e me sentei, disposto a uma nova conversa. — *Vila Real* constitui um universo de perspectivas narrativas bem mais completo do que o de *Sargento Getúlio*, este confinado ao ponto de vista enlouquecido do protagonista.

— Mas o narrador de *Vila Real* incorpora antes de tudo o protagonista Argemiro...

— Eu sei, mas o seu comprometimento é coletivo: é o povo de Argemiro o seu mundo, o que equivale a dizer: são as palavras do povo de Argemiro o seu mundo... — eu disse. — Se em *Setembro não tem sentido*, no *Sargento Getúlio* e no *Diário do Farol* vimos predominar no narrador o exercício de uma perspectiva individual e individualista, em *Vila Real* o nosso facho já abarca o universo dos interesses de uma pequena comunidade...

— Mesmo assim, é uma comunidade de pessoas cultural e economicamente semelhantes, e isso vai refletir-se na natureza discursiva do narrador, não é? Em diferentes palavras, o narrador de *Vila Real* é um narrador monocórdio? Sim ou não? — insistiu.

— Sim... quero dizer: não. Não é um narrador monocórdio. Mas a relativa uniformidade do universo de personagens, "... em cada um uma história e em todos a mesma história" (*Vila Real*, p. 90) — citei —, tem consequência direta, é claro, sobre a personalidade do narrador, que não vai operar um estoque tão variado de discursos, como é o caso da performance narrativa de *Viva o povo brasileiro*, por exemplo, sobre o qual ainda conversaremos, inigualável entre todos os romances, onde o narrador transita de uma ponta a outra do leque discursivo da sociedade brasileira. Os escravos...

— ... os índios, os padres, os fazendeiros, os pardos, os alforriados, as mulheres, os soldados, os banqueiros, os artistas, os guerrilheiros...

— Sim, e também os discursos literários..., e ainda muitos outros tipos inclassificáveis, e também de uma ponta a outra de um período: do século XVII ao XX. *Viva o povo brasileiro* e, em menor escala, mas dentro da mesma pluralidade narrativa, *O feitiço da ilha do Pavão* serão o centro de minha discussão sobre o narrador sem cabeça e o ápice de sua performance. A nossa visada sobre o narrador

de *Vila Real* tem um caráter sincrônico: está confinada a um curto período de tempo e a um exíguo espaço de ação, onde se desenrolam poucos eventos, todos eles relacionados à luta de uma comunidade por recuperar o seu lugar no mundo. “*Vila Real* (...) fala das injustiças sociais e apresenta o drama dos posseiros, através de um realismo tenso, telúrico, cheio de lirismo e habitado de assombrações.”³⁸⁰

— Eu gostei dessa espécie de definição de *Vila Real* — disse o meu interlocutor. — Tão bom quanto essa é esse trecho do jornalista Mário Pontes, que fala do “conto militar” de Ubaldo...

... no qual a presença arcaica, medieval e bíblica se mostra a cada passo. (...) No sopro de religiosidade que atravessa o relato, eclética, por vezes maniqueísta, por vezes de uma dialética inacabada, que proclama a unidade do amor e do ódio, (...) da santidade e da danação. Nos nomes dos guerreiros sem biografia.³⁸¹

— Mas você concentrou quase toda a sua reflexão sobre a legitimidade do poder no personagem Argemiro, os seus dramas, as suas assombrações e as suas dificuldades com a palavra — continuou ele. — O narrador, no entanto...

— O narrador é o protagonista do romance, meu caro. Todo o discurso é dele, mas as suas façanhas narrativas se revelam pouco variadas... Eu estou chamando de façanhas narrativas o procedimento das múltiplas incorporações, que, como eu disse, veremos em profusão em *Viva o povo...* e *nO feitiço...* Então — e continuei —, quanto à sua pergunta acerca do caráter monocórdio do narrador, que é aquele que efetivamente fala em *Vila Real*, ouça este trecho: “Vendo assim seus defuntos virados em piso de estrada, muitos se revoltaram, mas os homens não pareciam ouvir. A terra lhes pertencia, como provavam os papéis que guardavam em seus **barracões gelados**” (p. 32, realcei). O ponto de vista aqui é o ponto de vista do povo expulso, e o termo “barracões gelados” demonstra que o narrador não tem em si todas as palavras e que seu campo semântico se restringe ao de uma das partes, a mais fraca.

— Mas há algum momento em que esse narrador conduz a história sob o ponto de vista dos mineradores trancados em seus gabinetes com ar-condicionado? — perguntou o meu interlocutor, já conhecedor de minha resposta.

³⁸⁰ José Mário PEREIRA, “O romance maior de João Ubaldo”, *Última Hora*, 5 jun. 1982.

³⁸¹ “Epopéia no sertão”, *Jornal do Brasil*, 4 ago. 1979.

— Não, não há. Esses homens e seu universo revelam-se estranhos ao narrador, que não lança mão de nenhuma atitude de onisciência quando se põe a falar dos antagonistas. Não há gabinetes refrigerados; há apenas “barracões gelados”... Ouça: “— Ninguém bateu em seu pessoal — disse o homem, virando de face para baixo um papel que trazia alguma coisa anotada” (p. 35). O narrador, aliás, não lança mão da...

— Lembrei-me agora do que ia dizer lá atrás quando você me interrompeu — disse ele, num salto, e sentou-se. — Foi um pouco antes...

— Ei, ei! Um momento! Deixe-me concluir: eu dizia que o narrador não lança mão de uma onisciência clássica nem mesmo quando circula entre os pares de Argemiro. Veja esta passagem. Observe que é o narrador a contar, sim, sob o ponto de vista de Argemiro, sim, ou seja, ele é onisciente apenas dos assuntos de Argemiro, mas a sua focalização em Argemiro não é total, já que ele utiliza marcações que fazem referência ao próprio Argemiro, procedimento que não seria necessário se a focalização interna fosse total. Veja:

... Debaixo do ingazeiro, iluminados pelos fochos que atravessam as copas, estavam Ernesta e Otoniel e, se não se tocavam, se olhavam. Desde cedo Argemiro aprendera que os homens mostram às mulheres desejadas aquilo que sabem fazer. (...)

Por isso que o coração gaguejou, quando ele viu que Otoniel mostrava à Ernesta o modo de se pegar camarão. (...) Otoniel segurou um punhado de tripas de marreco e mostrou a Ernesta. Na mão esquerda, carregava as estopas amarradas num cordão. Estas tripas, **achou Argemiro que disse Otoniel**, não devem ser limpas, mas devem estar com o cheiro natural das tripas, não curadas. (...) Ernesta também baixou e subiu a cabeça e ainda esticou o pescoço para junto de Otoniel, quase como se cochichasse. Mas você pesca mesmo muitos camarões (...) — perguntou Ernesta, **na cabeça de Argemiro**. (p. 130-131)

— Como você vê, o narrador transita, entre os personagens que compõem o grupo de Argemiro, apenas como mais um ponto de vista, entre outros, e o relacionamento do narrador com o protagonista...

— Agora falo eu — levantou-se o meu interlocutor, visivelmente disposto a falar muito. — Lembrei-me de algo. Foi um pouco antes de você começar a falar do discurso espúrio-legítimo... Podemos estabelecer a seguinte relação entre a cabeça de Argemiro e as palavras do narrador: estas estão naquela, mas quem fala não é Argemiro; é o narrador, porque Argemiro tem medo das palavras, mantendo com elas uma atitude cerimoniosa, e toda a história é a história do medo

gradualmente desfeito de Argemiro. Não, ainda não acabei... E eu creio poder ser capaz de convencer você da relativa desnecessidade de ficarmos aqui a analisar as pequenas incorporações do narrador ao longo dos personagens do grupo de Argemiro. Isso não importa, porque o grupo de Argemiro e Argemiro são a mesma coisa. Ouça este trecho: “Pois não era por ser melhor que os outros, mas porque encarnava todos os outros... (p. 114); e também este: “Sou, pensou Argemiro, filho de todas essas mulheres e pai de todos esses homens. Sou também filho de todos esses homens e pai delas” (p. 119). Esses trechos são muito eloqüentes. — E ele prosseguiu: — Se o narrador ainda se dispusesse a penetrar o universo dos grupos rivais, seja o de Godofredo e Genebaldo, seja o dos mineradores internacionais, vá lá, pois isso exigiria do narrador uma abertura e um deslocamento ideológico em direção a mundos diferentes, mas não é essa a peculiaridade narrativa do livro.

— Tudo isso era mais ou menos o que eu ia dizer... — e sorri, sem graça.

— Então escreva, mais tarde. O narrador, em *Vila Real* — disse ele, impassível —, tem um segundo papel, e podemos desde já deixar aqui estabelecido o óbvio: que o primeiro papel de um narrador, qualquer narrador, é narrar, muito bem. Mas alguns narradores têm uma segunda incumbência, que varia de caso para caso.

— E nesse caso esse segundo papel é... — e cruzei os braços, animado com aquela idéia.

— Tornar-se e manter-se como um duplo — disse ele, convicto. — Argemiro e o narrador formam um par, pertencendo Argemiro, originalmente, à esfera diegética e o narrador à esfera extradiegética, embora na prática, e a prática reflete-se na fala do narrador, as esferas se confundam, compondo ambos um mesmo personagem. Veja: “— Sim — disse Argemiro, principiando a falar como dera para acontecer de uns tempos para cá, como se não estivesse conversando, mas só pensando e falando” (p. 60). Entre eles, as palavras: as palavras de um que vão gradualmente sendo *apreendidas* pelo outro, que começa então a *aprender* a usá-las, que começa então a aprender a vê-las como legítimas. Observe que estou relacionando a sua idéia inicial sobre a possibilidade de o discurso de Argemiro se tornar uma real mediação cultural para o seu povo, com o papel do narrador nessa missão... Você pode usar essa idéia na tese; pode até dizer que é sua... O que acha?

— Acho muito boa essa maneira de olhar para o livro. E aproveito aqui para ilustrar o que você disse. Ouça, e veja o narrador em ação:

... Argemiro achou-se tonto mais uma vez e de novo teve vergonha de si mesmo (...) e se via na **falta das palavras**. Olhando para cima e respirando fundo, no entanto, pôde falar como se tivesse decorado alguma coisa remota **ensinada**, uma **voz de flauta lhe assoprando** nos ouvidos (...). **Disse** ao homem que um papel não poderia dar a ninguém direito à terra, porque esta era de quem chegava até a sentir seu cheiro à distância e com ela misturar-se, pelo trato de todo dia. **Disse** que não era verdade (...) que eles não tinham raízes ali (...), pois a raiz se finca onde se trabalha, principalmente a terra, sendo esta a coisa mais verdadeira que existe... (p. 36, realcei)

— Observe — antecipei-me — que o narrador diz que Argemiro disse, mas quem diz o que Argemiro disse continua sendo o narrador, que chega a fazer menção a uma suposta inspiração a acometer o espírito de Argemiro no momento da fala. É quase uma menção a si mesmo como “a inspiração”, a “voz de flauta”, flauta mágica... Estamos na cabeça de Argemiro, você está certo, e a cabeça de Argemiro é a fala do narrador, e a fala do narrador é a reprodução de uma conversa íntima, porque Argemiro está sempre em dilema, ou seja, conversando consigo mesmo, o que equivale a dizer: conversando com o narrador e utilizando, nessa conversa, todas as palavras que não consegue utilizar em suas conversas com o mundo exterior. Ouça e observe que não há distinção alguma entre a fala do narrador e a fala de Argemiro.

... Ai, disse Argemiro, não sei falar, não sou valente e ia gostar de estar num copiar espiando bois (...).

(...) É assim: quando não se concebe que exista qualquer coisa mais que o desespero, chega um rio de águas atrás: a água carrega a vida? conduz umas iluminações? seu barulho move as circulações? Mas, de fato, que se possa sentir, o rio carrega só as memórias. (...)

(...) Este rio, este rio é indiferente, pensou Argemiro. Este rio tem seus negócios de rio a tratar, é a natureza de um rio. (...) Pode o Japiá sorrir, pensou Argemiro. Não, ele não pode sorrir, não porque não pode, mas porque não quer. O rio só faz viajar (...). (p. 121-123)

— Não há distinção alguma entre as falas de Argemiro e do narrador — repeti —, e nem é relevante que haja essa distinção, não porque se trate de um mero recurso narrativo em discurso indireto livre, com um narrador a incorporar os pensamentos de um personagem focalizado... Não. Não há distinção entre as falas de Argemiro e do narrador por duas razões: porque o narrador não se

preocupou com isso, antes pelo contrário, já que são ambos, como você disse, e muito bem, o duplo um do outro; e também porque o narrador e Argemiro estão ambos envolvidos, sob diferentes condições, numa querela particular por palavras.

— Com as palavras, talvez seja mais exato...

— Sim, talvez... O que diz o narrador nem sempre é o que diz, ou pensa, Argemiro, e caberá ao leitor ensaiar uma distinção, que vai variar a cada leitura, é certo. Quando lemos, no interior da narrativa: “No meio da umidade e das folhas que transpiram arco-íris, as montanhas se desenterram. É necessário ver. As montanhas se desenterram porque, se as vistas as abandonam, não há certeza de que existam enquanto não as vemos. E de fato não existem” (*Vila Real*, p. 137); quando lemos isso, não sabemos quem diz, se o narrador ou se Argemiro.

— Ah, isso quem diz é o narrador... — asseverou ele.

— Por quê?

— Porque nesse trecho ele está justamente falando da importância do olhar, do modo de ver, do ponto de vista, ou seja, do narrador, de si próprio, sem o qual não há Argemiro, não há montanhas, não há história alguma a narrar. Você não vê isso?

— Vejo, sim, tem razão, e vou além: observe este trecho — disse eu, pedindo-lhe mais café —, ainda uma teorização não só sobre a importância do ponto de vista como um fator estruturante de toda tentativa de dar sentido ao mundo pela via da narrativa, como também uma teorização sobre a falácia da onisciência: “Quem conhece as paragens onde habita sabe que nada se repete e que **erra todo aquele que prevê em demasia**. Por isso Argemiro (...) Viu que **toda coisa existente muda de aparência, quando muda quem a vê**” (p. 110, realcei).

— Sim. A reflexão sobre a narrativa percorre todo o livro — disse ele. — Você mesmo chamou essa parte de nossa conversa de “o narrador-ensaísta”... É essa, aliás, a pergunta que faz o Renato Pompeu naquela matéria da revista *Veja*.³⁸² “Um romance-ensaio?”, pergunta ele, diante de *Vila Real*.³⁸³

— Sim, o narrador-ensaísta, aquele que *deleita e comove*, como narrador, e *ensina e aponta e sugere*, como ensaísta... O livro está pontuado de reflexões e

³⁸² “Alta tensão”, *Veja*, 18 jul. 1979.

³⁸³ — E lhe cito, aqui em nota — disse ele —, uma afirmação de Ubaldo, menos de um mês depois de publicada a matéria de *Veja*; uma afirmação que pode ser lida como uma resposta...: “O livro fala de injustiças e, portanto, tem uma conotação política. Mas não é um comício, nem um
(cont.)

frases bastante afirmativas e convictas, e me parece ser este o trabalho do narrador por todo o livro: encontrar sentidos. Observe a firmeza da idéia: “Todas as coisas acontecem na natureza, mas somente os homens escolhem o que é justo, enquanto as outras criaturas escolhem o que é bom, e nisto vai grande diferença” (*Vila Real*, p. 108-109), ensina o narrador. E para tanto toda a sua fala se concentra em estabelecer relações entre o mundo dos homens, mundo moral, e o mundo da natureza. Cito este exemplo: “Abençoou e maldisse as tiriricas que vestiam a rampa, pois, enquanto eram obstáculos para que o inimigo rastejasse pedra acima, também serviam para que se escondesse e se tornasse na alma ruim dos matos, na morte sem rosto” (p. 10).

— E eu cito este — pegou o livro e leu:

... o ar da manhã está cheio de seres e pressentimentos. A terra nessas horas se abre para minhocas que querem sair para tomar sol e as rachas do chão todas têm finalidades (...), vindo também as completas obrigações matinais dos passarinhos e cavalinhos do cão e de tudo em que não se pode mexer sem que se mexa no futuro e na ordem das coisas. Os passarinhos vêm tudo de maneira assassina e cantam para ameaçar e assim se ouvem pelos ocos que reboam as vozes que dizem eu mato, eu mato... (p. 14-15)

— Sim. Esses trechos são como um verso, essa prosa de João Ubaldo Ribeiro não é prosa. *Vila Real* é o seu primeiro e até agora único livro de versos. É a sua epopéia sertaneja — disse eu, terminando o meu café e pegando, ansioso, *A teoria do romance*, de Georg Lukács.

4.5. A EPOPÉIA SERTANEJA

— Este é um livro bonito e difícil — disse o meu interlocutor, espichando o olhar para o meu Lukács. — O que é que vamos fazer com o Lukács? Tentar utilizar as suas distinções entre epopéia e romance na exploração do tipo de prosa que caracteriza *Vila Real*?

— Você é mesmo um interlocutor de primeira linha — e sorri para ele. — Mas não vamos nos restringir ao tipo de prosa... Veja: *Vila Real*, segundo a epígrafe do próprio autor, é um conto militar... — prossegui, retirando uma

ensaio, é um romance” (Roberto GONÇALVES, “João Ubaldo: ‘Meu livro não é um comício, é um romance’”, *Jornal do Brasil*, 4 ago. 1979).

matéria de jornal de nossos infinitos arquivos e colocando-a sobre a mesa. — Ouça: “João Ubaldo (...) acha que a obra pode ser classificada de épica, pois nela, observa sorridente, ‘há pelos menos três boas batalhas’”.³⁸⁴ Há ainda um elemento que nos permite atribuir a *Vila Real* um espírito épico, embora não a ponto de a caracterizarmos com uma história épica: uma aproximação com a descrição e a sintaxe homéricas. Ouça e observe o mecanismo das comparações entre o mundo natural e os atos humanos, e entre as partes do corpo dos guerreiros e os objetos do cotidiano. Observe também os apostos explicativos junto aos nomes, a fazer referência à biografia das vítimas:

(i) ... Tal como, na embocadura de um rio nascido de Zeus, brame uma grande vaga resistindo à corrente, e, a toda a volta, os altos penhascos gritam sob o estrondo vômito do mar, assim foi, da mesma altura, o clamor dos Troianos em marcha. (...)

O ilustre filho de Leto, o Pelasgo, Hipótoo, puxava Pátroclo por um pé na rude peleja (...). Mas, de repente, abateu-se sobre ele um mal de que ninguém o protegeu (...). O filho de Télamon, saltando através da multidão, feriu-o, de perto, traspassando o seu capacete de faces de bronze. O capacete de penacho de crina rasgou-se (...), percutido por aquele grande pique e aquela mão espessa. Por essa abertura, jorraram da ferida os miolos sangrentos. E logo se quebrou o ardor de Hipótoo (...). Não pagou a seus pais o preço da sua educação, e breve foi a sua vida (...).³⁸⁵

(ii) ... No meio da capineira, a cabeça ligeira de Alarico e seus braços de pás de catavento se rodeavam de explosões vermelhas, enquanto ele pulava entre as balas e decapitava os adversários. Assim fez, à vista de Argemiro, com Nestor, filho de Noêmio, que muitas vezes viera vender roupas (...). Nestor era da mesma idade que Alarico e talvez tivessem até jogado juntos algum dia (...). Nenhum sentimento, porém, se mostrou na cara de Alarico, quando, com o sol pelas costas, olhou a última vez para a face amedrontada de Nestor e, sem dizer qualquer palavra, inclinou a lâmina do facão e fez com que a cabeça do rapaz voasse pelo ar, o rosto com expressão ainda e os olhos ainda vendo. E assim ele avassalava a capineira como um vento (...).

Junto a Alarico, na refrega, estava Rodenaldo. Seus braços são grossos como barris e sua cabeça é dura como pedra. (*Vila Real*, p. 17-18)

— Essa sintaxe homérica será encontrada em vários momentos da prosa de João Ubaldo Ribeiro, e não à toa, já que Homero é dos seus autores preferidos, sempre citado em respostas acerca de suas predileções de leitura, sempre citado

³⁸⁴ *Id.*

³⁸⁵ HOMERO, *A Ilíada*, Portugal, Publicações Europa-América, s/d., p. 249-250. — Baseei-me exclusivamente no texto homérico traduzido da versão francesa e sob a forma de um texto em prosa, que prefiro.

em questões relativas às suas influências literárias. Como observou Wilson Martins, “Literariamente, seus mestres de eleição (...) são os escritores ricos de vitalidade e facúndia, tipos sangüíneos e pletóricos, forças da natureza e gênios desmedidos: Rabelais e Homero...”.³⁸⁶ Poderemos realizar com mais detalhes uma analogia entre João Ubaldo Ribeiro e Homero quando estivermos diante do Capítulo 14 de *Viva o povo brasileiro* — prometi.³⁸⁷

— A inspiração em Homero é, de fato, evidente — disse ele —, e os dois trechos lidos falam por si, mas eu prefiro ver isso em detalhes lá na frente, quando entrarmos em *Viva o povo...*, como você já antecipou. Agora eu gostaria de ir mais fundo nas reflexões do Lukács, se você não se importar...

— Não, não me importo, desde que você faça mais café... Lukács sem café... Começo citando o húngaro, para quem o herói da epopéia nunca é um indivíduo e o seu traço central nunca tem como objeto um destino pessoal, mas o de uma comunidade.³⁸⁸ O personagem de *Vila Real*, embora individualizado na figura de Argemiro, compõe na verdade toda a comunidade. “O meu nome, disse ele, com a mais alta alegria, que vinha de não ser diferente de todas aquelas pessoas, de ser um deles e, portanto, cada um deles podia ser ele (...): o meu nome é Argemiro Meia-Lua” (p. 158).

— Mas o fato de Argemiro estar por todo o tempo na mira do narrador não o singulariza em relação aos demais?

— Argemiro é o herói de *Vila Real*...

— Isso não é resposta. É tautologia — disse ele, dando-me a xícara cheia.

— Obrigado. Inverta os termos. Não é a preferência do narrador por ele que o singulariza. Singulariza-o o fato de ser ele o herói, e por isso ele é o alvo do narrador. Há uma relação de mútua dependência e complementaridade entre o destino do herói e o destino do povo: formam ambos o cosmos épico. Ouça a queixa do fardo: “E depois (...) — pensou Argemiro — que desacerto é esse, quem foi que pediu para nascer e carregar nas costas esse destino (...)” (p. 72). E Lukács faz

³⁸⁶ “Crônica (picaresca) da vida brasileira”, **Bravo!**, out. 1997.

³⁸⁷ — Ver Capítulo 5: “O vozerio do povo brasileiro”, item 5.9.: “‘Canta, ó, musa!’: uma descrição interpretativa”, p. 378.

³⁸⁸ “As formas da grande épica / epopéia e romance” (p. 23-96), in *A teoria do romance — Um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande épica*, São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2000, p. 67.

referência à completude e à organicidade desse cosmos épico: elas não permitem que uma de suas partes se volte sobre si mesma, “a ponto de descobrir-se como interioridade, a ponto de tornar-se individualidade”.³⁸⁹ Argemiro, quando pensa em si, pensa em si mesmo como o depositário dos anseios de seu povo. Vou ler:

... Argemiro não sabia do que se passava nos momentos diminutos que cada um vivia, mas sabia de suas caras, quando vinham à frente indagar. Então, pensou Argemiro, estou escolhendo isto daqui, mesmo que seja só por causa deste povo, porque, sem esse povo, é muito provável que eu fosse somente um Sem-Nome do Sem-Nome, de tal forma que nem minha cara nem minhas palavras fossem reconhecidas e então a terra me chupasse de volta, como chupa a água que entrega. (p. 67)

— Argemiro é o herói da história — insisti. — Ele não é uma diferença em relação a esse povo, mas a síntese desse povo. Além de herói, ele é também o chefe, embora não queira, e “por ser chefe, não sou melhor, antes pior” (p. 133-134), e a sua vontade de não ser o chefe e de afastar-se do comando para viver uma vida sossegada e alheia não o afasta desse povo, mas, antes, constitui obstáculo dignificador de seu caminho, obstáculo que deve ser superado, porque ele é o herói, e o herói é aquele que supera e é também aquele que está preso ao seu destino. “... ai Argemiro, por que não ficou dentro das partes de seu pai, na barriga de sua mãe, por que não se deixou quieto, dentro dos outros labirintos?” (p. 66). O que significa o narrador eleger a figura de Argemiro como central e, ainda por cima, ocupar essa figura o posto de chefe de seu povo? Por que não é Alarico, um simples soldado, o personagem incorporado pelo narrador? Por que não é Alarico o herói? Por que o herói deve ser também o chefe?

— Será porque as preocupações e o universo de um chefe não devem impregnar-se de um cotidiano ordinário?

— Mais que isso, mas você tocou no ponto. Ouça o Lukács, que desenvolve essa idéia bem melhor que você...

... Que os heróis da epopéia, portanto, **tenham de ser reis** tem causas diversas, embora igualmente formais, da mesma exigência para a tragédia. Nesta, ela é fruto apenas da necessidade de remover do caminho da ontologia do destino todas as causalidades mesquinhas da vida (...). (...) O que era símbolo na tragédia torna-se realidade na epopéia: o peso da vinculação de um destino com uma

³⁸⁹ *Id., ibid.*

totalidade. O destino universal (...) é o que, na epopéia, confere conteúdo aos acontecimentos; e o fato de portar tal destino não cria isolamento algum à volta do herói épico; antes, prende-o com laços indissolúveis à comunidade cujo destino cristaliza-se em sua vida.³⁹⁰

— O jornalista Mário Pontes, já em 1979, detectou muito bem esse traço épico do romance *Vila Real*: “... a narrativa de Ubaldo se constrói de modo extremamente simples, com um mínimo de acontecimentos, de simultaneidade dramática, de ação e de diálogo, mas também (...) com a ausência de um tipo de subjetividade tão freqüente na ficção contemporânea”.³⁹¹ A ligação indissolúvel com a comunidade e o comprometimento do herói com os destinos de seu povo — continuei — não deixam espaço para uma subjetividade individualizada, se é que posso falar assim... A subjetividade é coletiva. Veja aqui este exemplo de infância compartilhada: “E [Argemiro] recordou que conhecia todos os momentos em que seu povo pensava no futuro, porque da mesma forma tinha pensado muitas vezes, quando criança” (p. 66-67). Diferentemente, a forma do romance, diz Lukács, concretiza-se na psicologia do herói, e falar de psicologia é falar de uma busca, e falar de uma busca é falar de uma condição, composta de objetivos e caminhos, uma condição que não está dada, daí a razão da busca. Mas Argemiro não busca nada, porque tanto os seus objetivos quanto os seus caminhos já estão dados de antemão, e é por isso que ele não é um herói romanesco, mas um herói épico. “Para um homem, pensou Argemiro, (...) não é preciso mais do que ficar onde nasceu e procurar aprender uma só coisa, já que, se sabendo tudo sobre esta só coisa, sabe-se tudo sobre todas as coisas” (p. 151). Você acha que estou sendo muito convicto?

— Acho — disse ele, rindo.

— Pois ainda não acabei. Eu disse lá atrás a você que *Vila Real* é o único livro em versos de João Ubaldo Ribeiro. E eu complemento essa observação apontando o momento mais importante da história: o momento em que o herói, Argemiro, traz à baila o que ele chamou de “O Evangelho Segundo Nós”, o documento dialético que legou ao seu povo e a partir do qual ele anuncia as boas novas, as outras, as que de fato interessam. E a anunciação dessas boas novas dá-se através do canto de Argemiro, todo ele estruturado em versos e lágrimas. “O

³⁹⁰ *Id.*, p. 67-68, realces meus.

³⁹¹ “Epopéia no sertão”, *Jornal do Brasil*, 4 ago. 1979.

Evangelho Segundo Nós” resulta na estetização do que disse Silviano Santiago acerca legitimidade da voz narradora, do real comprometimento daquele que fala no romance, daquele que de fato “tem sofrido perseguições e mutilações”,³⁹² daquele que é, ou deveria ser, o verdadeiro portador das chagas exibidas. “E cantou, acompanhado pelo rio Japiau (...) e chorando como mais não se podia chorar neste mundo:

Quem sabe do que vivemos?
Sabemos nós, que vivemos.
Quem sabe do que sofremos?
Sabemos nós, que sofremos.
Conheces os lobisomens?
Conhecemos mais que tu.
Falas como te falamos nós?
Achas que falas, maninho.
Tiveste fome em pequeno?
Tivemos nós, ó maninha.
(...) (*Vila Real*, p. 161)

— Este canto-choro de Argemiro configura o paroxismo de sua “tomada de consciência” — disse eu —, para usarmos uma boa expressão, e o paroxismo de todo o livro, com a re aquisição das palavras e da força para o combate. E não poderia João Ubaldo Ribeiro ter expresso sob melhor forma o instante mais importante de seu romance, “O Evangelho Segundo Nós”, senão sob a forma dos versos, pois, de acordo com uma carta que Schiller escreve a Goethe, referida por José Marcos Mariani de Macedo, deveria ser quase “obrigatório”, pode-se dizer, “conceber em versos tudo o que tem de erguer-se acima do comum, pois o trivial em parte alguma assim vem à luz...”.³⁹³

— Veja bem — começou o meu interlocutor. — Eu também vejo esse espírito épico em *Vila Real*, e muito bem, mas tenho a impressão...

— Não, não, deixe-me continuar: do que vou falar agora é justamente do que a gente pode chamar as “extremidades da diegética”, ou seja, o início e o fim de uma peça e o que significam ambos para o romance ou para a epopéia. Para Lukács,

³⁹² Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 30.

³⁹³ Carta de 24 nov. 1797, Goethe/Schiller, *Briefwechsel*, Frankfurt/M. Fischer, 1961, p. 257, citado por José Marcos Mariani de MACEDO, in Georg LUKÁCS, “As formas da grande épica...”, *op. cit.*, p. 56.

o romance, “... peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo”,³⁹⁴ tem em seu início e seu fim dois marcos de sentido. Lukács não está vinculando início e fim de um romance ao início e ao fim da vida de um homem, certo? Não necessariamente. Mas um romance começar onde começa e terminar onde termina significa o quê? Que aquele segmento escolhido para ser o romance-em-si constitui o “único segmento essencial determinado pelo problema”,³⁹⁵ e um romance quer dizer, sempre, um problema... E todas as referências a um antes ou a um depois são meras estratégias para dotar de sentido aquele segmento, e não outro.

— E daí? Quero dizer, o que acontece então na epopéia, e o que acontece em *Vila Real*? — indagou o meu interlocutor.

— Você é prático demais em questões teóricas... Lukács diz que uma vida só vale a pena ser representada num romance se aquela vida está conectada, ela mesma, a um sistema de idéias, e é por estarmos representando uma vida ligada a idéias que se pode falar de uma forma biográfica, e não por estarmos meramente a representar uma vida, e ponto, já que não há, na vida de todos os dias, aquilo a que se chama “uma vida”, havendo tão somente acontecimentos esparsos e sem narratividade. A epopéia, diz Lukács, é, por sua vez, um amálgama formado por vida e aventuras relevantes, que não se podem separar. Seus inícios e seus finais constituem recortes necessários para dar forma àquela manifestação, mas tanto podem ser uns quanto outros: “... são instantes de grande intensidade, semelhantes a outros que constituem pontos culminantes do todo, mas nunca significam mais que a origem ou o desenlace de grandes tensões”.³⁹⁶ *Vila Real* inicia-se com uma notícia de guerra iminente, mais uma, a agravar a situação do povo de Argemiro. Essa notícia que aciona o romance constitui mais um obstáculo, entre outros que esse mesmo povo superou e terá de superar, o mesmo se podendo dizer do final do livro, a ilustrar uma outra promessa de guerra, mais uma: “... e lá ficaram para combater pelo que tinha sido tomado sem razão. E não se sabe o resultado, mas se cobriram de poeira e glória e até hoje estão pelo sertão e os gritos que deram talvez se ouçam ainda agora” (*Vila Real*, p. 176).

³⁹⁴ “As formas da grande épica...”, *op. cit.*, p. 82.

³⁹⁵ *Id.*, p. 83.

³⁹⁶ *Id.*, p. 84.

— ... tenho a impressão, como eu ia dizendo, de que você está reduzindo o romance a uma vontade de demonstração de muitas das belas idéias do Lukács.

— Não, não estou — defendi-me —, mas, de todo modo, essa sua crítica foi pesada...

— Não, não me leve assim tão a sério. Eu sou apenas a sua possibilidade de diálogo. Não me superestime, mas também não deixe de me ouvir... *Vila Real*, como já vimos e veremos, é um romance engajado, e por isso não se aplicam a ele determinadas características presentes no que Lukács está chamando de o cosmos épico. Diz ele que epopéia e tragédia não conhecem nem o crime nem a loucura e que a epopéia ou constitui um mundo infantil onde a transgressão de normas fortes gera uma vontade de vingança, que por sua vez gera outra vontade de vingança, e assim *ad infinitum*, ou é a pura teodicéia, onde crime e castigo têm o mesmo peso nas balanças divinas etc. etc.³⁹⁷ — E continuou: — Não se trata, evidentemente, do caso de *Vila Real*. O narrador aqui levanta o véu do que está muito bem caracterizado como um crime. Transformar *Vila Real* numa epopéia é, de certo modo, despolitizar o romance.

— Eu não olho para *Vila Real* como uma epopéia; eu olho para Argemiro como um herói épico... E ainda creio que podemos, sim, mesmo com o risco de despolitizarmos o romance, olhá-lo, ao romance por inteiro, como se olhássemos para um mundo épico. Ouça aqui o que diz novamente o Mário Pontes, em outro pedaço da matéria que eu já citei:

... isso é *Vila Real*: um conto cujos antepassados próximos são as gestas e os romances de cavalaria. Renunciando ao uso de recursos do realismo *tout-court* ou de qualquer um dos realismo adjetivados e em moda, o escritor se vale de alguns daqueles elementos comuns às narrativas épicas, características de povos que ainda não transpuseram o portal da modernidade. (...)

Essa opção por uma forma eminentemente poética, épica e, portanto, quase arcaica de narrar (...) coaduna-se perfeitamente com a realidade levada para as páginas de *Vila Real*. O sertão nordestino (...) é uma área cultural ainda fortemente marcada por traços medievais. Da concepção basicamente ptolomaica do universo, que é a da maioria de seus habitantes, à maneira como eles se relacionam com o sobrenatural...³⁹⁸

³⁹⁷ *Id.*, p. 60-61.

³⁹⁸ “Epopéia no sertão”, **Jornal do Brasil**, 4 ago. 1979.

— E por que eu olho para Argemiro como se olhasse para um pobre herói épico? — retomei. — O ponto mais sólido em que me apoiei para falar do espírito de uma epopéia sertaneja foi justamente a ausência, no herói, de um tipo de subjetividade que é, este sim, característico do romance: uma subjetividade problemática. “... à falta de um centro biográfico nos romances, estes tenderiam à epopéia”, diz o tradutor de Lukács, José Marcos Mariani de Macedo, citando Adorno.³⁹⁹ E por que problemática? Porque ela se alimenta de um descompasso, de uma clivagem, entre o mundo e o homem. Vejamos o que diz o Lukács, e depois vejamos o que acontece em *Vila Real*:

... Quando o indivíduo não é problemático, seus objetivos lhe são dados com evidência imediata, e o mundo (...) pode lhe reservar somente obstáculos e dificuldades para a realização deles, mas nunca um perigo intrinsecamente sério. O perigo só surge quando o mundo exterior não se liga mais a idéias, quando estas se transformam em fatos psicológicos subjetivos, em ideais, no homem.⁴⁰⁰

— O que acontece em *Vila Real* — continuei — é tudo, menos um descompasso entre o homem e o seu universo exterior, porque o homem, sendo não-problemático, é aquele que sabe de si. “Que os mistérios não são” (*Vila Real*, p. 109), diz o narrador. Uma das mais visíveis tarefas do narrador, aqui, é estabelecer relações de causalidade entre o que sabe e sente um homem e o que ele percebe como sendo uma reação àquilo tudo no mundo das coisas. Temos então, como sinais desse caráter não-problemático do herói, dou-lhe exemplos, a certeza na concretude de algumas prioridades. Um, Argemiro sabe, e sente, que a terra é “a coisa mais verdadeira que existe” (p. 36), muito mais verdadeira até do que ele mesmo. Dois, a capacidade de poder conhecer o outro homem em função do que se conhece acerca de si mesmo, simplificando, assim, enormemente, a existência: “Um homem que termina uma coisa construída como vê a noite? Vê em paz, uma noite funda como um funil e a vida aberta” (p. 43). Três, a capacidade de transferir para o mundo, e assim materializá-las, as intuições: “Argemiro soube que chegava o povo do filho de Lourival (...). Viu pelos cabelos eriçados dos cachorros e mesmo observou pelas cintilações novas das estrelas” (p.

³⁹⁹ Th. W. ADORNO, “Posição do narrador no romance contemporâneo”, in *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 273, citado por José Marcos Mariani de MACEDO, in Georg LUKÁCS, “As formas da grande épica...”, *op. cit.*, p. 79, nota 35.

⁴⁰⁰ “As formas da grande épica...”, *op. cit.*, p. 79.

57). E, por fim, quatro, o controle sobre a morte, que parece ser dos mais significativos emblemas dessa continuidade com o mundo. Diz o narrador, logo ao início do livro, que o personagem “Secundino morreu como prometera fazer”:

... Tirou a dentadura de que costumava gabar-se quando ficava bêbado e a entregou a sua mulher, Severa, dizendo:

— Com esta dentadura, você presenteie a primeira pessoa necessitada que mereça. (...).

— Você vai precisar da dentadura para mastigar — disse Severa.

— Não — respondeu Secundino. — Nesta boca não entra mais nem comida nem bebida.

Cruzou os braços sobre a barriga ferida, descansou as costas na árvore que lhe dava cobertura e não quis mais mexer-se. (...) ... morreu de maneira quieta e foi encontrado de manhã cedo (...). Severa tentou pôr nele de novo a dentadura (...), mas a boca do velho não se abriu (...). (p. 13-14)

— Há um personagem de *Viva o povo...* que está em par com Argemiro no que se refere a esta necessidade de desproblematizar a existência através da estratégia de tornar o mundo familiar...

— Filomeno...

— Filomeno Cabrito. Exatamente. Você já leu *Viva o povo brasileiro?* Estamos sintonizados... Ouça aqui: “... nunca lhe tirariam a ventura de viver como sempre quisera viver, no meio de sua terra, falando as suas palavras, comendo sua comida, sabendo de suas respostas, não vendo em ninguém um estranho, tudo como deve ser no mundo...” (*Viva o povo...*, p. 551). E não há nada mais conforme “ao que deve ser” do que a morte... Também o velho Onofre, pai de Argemiro, que no dia anterior à sua morte redistribuiu as obrigações entre todos — continuei, animado —, é um belo exemplo desse destemor diante do fim da vida, destemor que vamos encontrar mais à frente, já que você citou o *Viva o povo...*, na personagem Dadinha, à página 82, ciente de que morreria no dia de seus cem anos. O velho Onofre, então, perguntado sobre suas razões, respondeu que daquele dia não passava, e “de fato amanheceu o dia morto (...). ... morreu quieto, como quem diz a um carroceiro — agora siga, e assim segue, sabendo ter cumprido a obrigação e sem medo de nada, porque não há do que ter medo” (*Vila Real*, p. 115). Um mundo em que a morte não é temida e não é uma questão; um mundo em que os homens vivem porque morrem e morrem porque vivem; um mundo em que se pode dizer: “... eu quero é saber que na hora estou morrendo e entregar minha carcaça ao deus que aparecer” (p. 169), diz o combatente Alarico;

este é um mundo de homens não-problemáticos. Não é, meu crítico e atento interlocutor, definitivamente, o mundo do romance.

4.6. O NARRADOR-BRASILEIRO: A BOA E VELHA “QUESTÃO” DA IDENTIDADE

— Eu quero retomar aqui dois aspectos de nossa conversa sobre *Vila Real* — disse o meu interlocutor —; dois aspectos que ficaram lá para trás e que nem eu nem você abordamos, e eu quero fazer isso antes que você o faça...

— Faça-o, enquanto eu faço outra coisa: mais café — e me levantei.

— Nem Balzac bebia tanto café assim... Inspirado por tudo o que você falou sobre o texto de Silviano Santiago, eu afirmei que *Vila Real* tem por “questão” a necessidade de o discurso de Argemiro ser “legível, total e potentemente legível por todos”.⁴⁰¹ Essa legibilidade não apenas diz respeito aos aspectos da eficácia do poder: o poder de Argemiro sobre a sua comunidade, o *ter a capacidade de se fazer obedecer*, *ter a possibilidade de se fazer respeitar* e de se fazer ouvir...⁴⁰² Essa legibilidade deve ser ampliada. Como? Vamos seguir essa trilha: *Vila Real* tem por “questão” a necessidade de o seu discurso, não apenas o discurso do protagonista, mas o seu discurso como romance que é, como texto brasileiro em prosa, como manifestação artística, como literatura brasileira, escrita por autor brasileiro que quer ser lido por um público brasileiro, cada vez mais numeroso... a necessidade de esse romance ser legível, total e potentemente legível por todos os seus leitores.

— Então — meti-me em seu raciocínio —, você quer dizer que não apenas Argemiro, mas também o narrador e, antes de tudo, o próprio João Ubaldo Ribeiro estão, cada um, comprometidos com a procura de uma legitimação: o discurso de

⁴⁰¹ — Veja, neste capítulo, a página 214 — disse ele, abrindo uma notinha com a mão.

⁴⁰² — E me lembrei — disse ele, abrindo mais uma notinha — do professor José Carlos RODRIGUES. Diz ele, acerca da definição de poder, e em melhores palavras: “... a definição é tautológica. Ao incluir na definição o objeto a definir, impõe um retrocesso lógico que, sob a aparência de um procedimento intelectual de penetração, de aprofundamento e exame crítico, se limita a confirmar e a legitimar pré-noções sobre o poder que já povoavam nossas mentes. Assim, poder é a ‘capacidade de’, é a ‘possibilidade de’, é ‘dispor dos meios de’, é a ‘superioridade sobre’ — expressões que em última instância significam que ‘poder é poder’: poderíamos perfeitamente reescrever a definição, simplesmente dizendo que *poder* é ‘poder’ usar os meios de exercício da violência, que *poder* é ‘poder’ levar o adversário à morte e assim por diante” (“Quatro mitos e uma ilusão” (p. 169-287), in *Tabu da morte*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1983, p. 275).

Argemiro ao seu povo, as descrições do narrador e a narrativa romanesca do escritor querem ser eficazes na medida em que conseguem ser legíveis? Não precisa responder... Eu concordo. E, você tinha razão, era isso mesmo o que eu ia dizer. A publicação de *Vila Real* deu-se numa época em que João Ubaldo Ribeiro estava, como nunca antes esteve...

— E talvez como nunca depois estará...

— Pois. ... preocupado em encontrar, com o seu texto, algo que soasse indubitavelmente brasileiro. E isso, em João Ubaldo Ribeiro, era evidente e sempre foi a sua marca. Ouça este depoimento do Antônio Torres e lembre-se do que disse o Silviano Santiago acerca da capacidade do romance de deleitar, comover e ainda ensinar: “*Vila Real*, de João Ubaldo Ribeiro, *O cobrador*, de Rubem Fonseca, e *Sangue na praça*, de Edilberto Coutinho, são livros brasileiros, relatando problemas brasileiros, cada um à sua maneira, arte e beleza conjugadas que podem **encantar e fazer pensar** cada leitor”.⁴⁰³ Observe agora a afirmatividade quase agressiva dessa postura, estamos em 1979: “... eu me considero” diz João Ubaldo Ribeiro à jornalista Vera Martins, “um dos escritores brasileiros importantes. (...) Dou o meu recado com a maior arrogância. E o que se pode ver de básico nos meus livros é que eles são brasileiros. Tenho absoluta segurança da minha individualidade”.⁴⁰⁴ Essa singularidade textual, esse som, esse vocabulário e essa sintaxe que vamos encontrar em *Vila Real*, a tudo isso ele vai chamar “identidade brasileira”. Veja esta declaração à imprensa, datada do próprio ano em que saiu o livro, e em seguida o que ele diz a um jornalista americano, um ano antes:

(i) — Ao escrevê-lo, eu estava preocupado com um dos problemas básicos do país, hoje, que é a afirmação da identidade brasileira. Essa afirmação começa pela língua. (...) Quando digo que escrevo de uma forma não colonizada, não estou desenvolvendo nenhuma xenofobia. Estou apenas criticando uma certa subserviência a padrões estrangeiros.⁴⁰⁵

(ii) — *I am not fascinating. I am lonely and frustrated. I live in a nation with 110 million people. Most of these people are presently living in conditions that would be unbelievable to you. I have a culture and a heritage. I have a language.*

⁴⁰³ Vivian WYLLER, “Para os amigos no Natal, o melhor de 1979”, *Jornal do Brasil*, 15 dez. de 1979 (depoimento de Antônio TORRES). Realcei.

⁴⁰⁴ “Dou meu recado com arrogância”, S. L., “*Vila Real*”, *IstoÉ*, 11 jul. 1979.

⁴⁰⁵ Roberto GONÇALVES, “João Ubaldo: ‘Meu livro não é um comício...’”, *Jornal do Brasil*, 1979.

*I have seen your movies and I have learned your songs. You know nothing about mine. I know little sounds that are unknown to you, and you know little sounds that are unknown to me. I belong in the same tradition as you do; I am Western and came from Iberia and Africa and America. But also I am Brazilian and you are American. Let us try to understand each other.*⁴⁰⁶

— Contudo — disse ele —, agora vamos brigar, e isso era a segunda coisa que eu queria dizer: entramos, nessa busca por uma identidade textual brasileira, numa outra espécie de dificuldade, a dificuldade e o perigo de se confundir uma legitimidade com a sua, conseqüente ou não, legibilidade. Estou fazendo referência, agora, à capacidade de leitura de um presumido público leitor, e gostaria de citar aqui mais uma vez o texto de Silviano, um texto bastante feliz em toda essa discussão, um texto escrito em 1978, um ano antes, portanto, da publicação de *Vila Real*, um texto que nós já vimos em nossa conversa sobre *Sargento Getúlio*, mas que também aqui se aplica, um texto onde se desenha o quadro da pouca presença em nosso país da “criatura leitora” e da pouca eficácia, do ponto de vista de um projeto social e político, de uma literatura que se pretenda “conscientizadora”. Veja que Ubaldo, na declaração que você citou, está criticando uma subserviência, por parte do público, e, nesse caso, do público leitor, a padrões estrangeiros. Agora veja também que Silviano Santiago, nesse texto, afirma que é pouco xenófobo o leitor de ficção brasileira.⁴⁰⁷

— Não seria melhor dizer “o leitor brasileiro de ficção”? — interrompi-o. — O “leitor brasileiro de ficção estrangeira”...

— É verdade, mas ele escreveu assim mesmo, como eu disse... E dizer que esse leitor é pouco xenófobo equivale quase que a um eufemismo, não é? Ele poderia dizer “leitor colonizado”, isso sim, já que menciona o fato de o romance estrangeiro ter, aqui, melhor mercado que o nacional,⁴⁰⁸ não? — E ele prosseguiu:

⁴⁰⁶ — E traduzo livremente: “Eu não estou fascinado. Eu estou sozinho e frustrado. Eu vivo num país com 110 milhões de pessoas. A maioria dessas pessoas vive sob condições que seriam inacreditáveis para você. Eu tenho uma cultura e uma herança. Eu tenho uma língua. Eu vi os seus filmes e aprendi as suas canções. Você não sabe nada a meu respeito. Eu conheço pequenos sons que são desconhecidos para você, e você conhece pequenos sons que são desconhecidos para mim. Eu pertencço à mesma tradição a que você pertence; eu sou ocidental e vim da Península Ibérica, da África e da América. Mas, além disso, eu sou brasileiro e você é americano. Vamos tentar entender um ao outro” (“João Ubaldo Ribeiro”, **Contemporary Authors**, 1978).

⁴⁰⁷ Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 26.

⁴⁰⁸ *Id.*, *ibid.*

— E essa postura colonizada configura justamente aquilo contra o qual Ubaldo parece brigar, não é mesmo?

— É. Está aqui na contracapa da edição brasileira de *Vila Real*. Ouça: “Procuro, basicamente, fazer uma literatura vinculada às minhas raízes, independente, não colonizada, comprometida com a afirmação da identidade brasileira”.⁴⁰⁹

— O problema é que justamente essa literatura vinculada às raízes, “independente” e “não colonizada” — continuou o meu interlocutor —, diante de um público leitor como esse apontado por Silviano, pouco xenófobo e colonizado, e também diante de um panorama crítico pouco convidativo, que não consegue “apreender a qualidade da ficção brasileira em si”...⁴¹⁰ Diante desse quadro, livros como *Vila Real*, que Silviano não menciona porque ainda não havia sido publicado, mas que poderia ter mencionado porque é justamente o caso, o caso do “livro um pouco estranho (isto é, experimental)”, acabam confinados a um público bastante reduzido, o público do “gosto refinado, cosmopolita e auto-suficiente dos *happy few*”,⁴¹¹ nas palavras de Silviano.

— E o próprio autor, deixe-me completar — pedi —; o próprio autor tem consciência da parca penetração de livros como *Vila Real*, sim, embora não se conforme. Diz uma jornalista que, “apesar do sucesso internacional de crítica de seus livros, João Ubaldo Ribeiro ainda não estourou no mercado da literatura no país...”.⁴¹² E disse João Ubaldo Ribeiro, também num tom presumivelmente agressivo, num texto sem data mas creio que da década de 70 ou 80:

— ... já viram que a coisa que brasileiro mais gosta é que gringo diga que ele é bom? Comigo mesmo aconteceu isto, porque, quando meu livro saiu nos Estados Unidos e os americanos gostaram (embora escrevendo besteiras incríveis, na maior parte dos casos), houve grandes festejos locais e recebi propostas de (...) um porrilhão de países sobre os quais sei muito pouca coisa, nem quero saber.⁴¹³

⁴⁰⁹ Primeira edição de *Vila Real*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

⁴¹⁰ Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 26.

⁴¹¹ *Id.*, p. 27.

⁴¹² “Dou meu recado com arrogância”, S. L., “Vila Real”, *IstoÉ*, 11 jul. 1979.

⁴¹³ João Ubaldo RIBEIRO, “O analfabetismo erudito”, **Enfim**.

— Você diz que ele não se conforma... Não se conforma por quê? Porque não o considera experimental...

— Talvez não o considere, propriamente, experimental, mas apenas difícil... — eu disse. — Ouça esses trechos de matérias que tenho aqui: “*Vila Real* é meu romance órfão, todo mundo diz que é difícil, vende pouco. Fico sacaneado com isso, não acho difícil, mas, enfim”,⁴¹⁴ diz ele, que “lamenta certo descaso perante o livro e a obsessão perante *Sargento Getúlio*. No fundo, *Vila Real* vive lá no cantinho de seu coração”,⁴¹⁵ e completa: “... — há fãs ardorosos. João Bosco adora, sabe de cor”.⁴¹⁶ Mas — e franzi o cenho —, enfim, onde é que você quer chegar com tudo isso?

— Aqui: romances como *Vila Real*, que levantam “problemas de classe ou de grupos marginalizados pelo processo político neocapitalista e repressivo”, não conseguem “propor reflexões a camadas sociais diferentes”.⁴¹⁷ Por quê? Porque não conseguem ampliar o seu público leitor. Por quê? Porque o seu veículo, o livro, é elitista, como aponta Silviano. Essa busca por um verbo brasileiro e um modo de ser brasileiro, refletido na literatura, acaba por torná-la, a essa literatura, inacessível e elitista.

— Não. Uma literatura que toca nos problemas sociais dos grupos marginalizados, que é o que faz o narrador em *Vila Real*, torna-se elitista *a posteriori*; não por razões intrínsecas ao livro, ao discurso, ao romance, e sim por razões que se relacionam à distribuição de renda e de cultura no país. Não concordo com essa idéia — insisti —, ou então não concordo com a sua maneira de dispor do texto de Silviano Santiago. O fato de romances como *Vila Real* não conseguirem atingir mais que um pequeno grupo de leitores não os caracteriza como elitistas.

— A própria resenha do jornalista Renato Pompeu toca nesse aspecto do romance; toca porque fica muito difícil deixar passar em branco esse relativo hermetismo de *Vila Real*: hermetismo que conduz a elitismo, elitismo que resulta num público-leitor reduzidíssimo. Ouça — e ele leu:

⁴¹⁴ “João Ubaldo Ribeiro solta o verbo”, **Jornal da Bahia**, 17 e 18 fev. 1985.

⁴¹⁵ Cremilda MEDINA, “No caminho das almas...”, **Diário de Notícias**, 14 dez. 1984.

⁴¹⁶ Daniela NAME, “As ilhas de Ubaldo”, **O Globo**, 3 ago. 1997.

⁴¹⁷ Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 29.

... Mas, sem ser um simples pretexto, essa história, ou seja, o chamado “enredo”, é na verdade oportunidade para exercícios de alta tensão literária.

Não há como esconder que o leitor (...) vá sentir inicialmente dificuldade com a prosa poética de João Ubaldo Ribeiro. Ocorrerá compreensível estranheza com suas inovadoras concepções de forma e conteúdo.⁴¹⁸

— Ou seja, um romance experimental, sim. Mas se você não gosta dessa palavra, elitismo — disse ele, parecendo um pouco perdido —, podemos dizer que a força narrativa de *Vila Real* explode no vazio porque àquela busca por uma prosa legitimamente brasileira não vai corresponder nenhuma, ou quase nenhuma, legibilidade fora dos círculos intelectuais e acadêmicos.

— Agora você está retirando toda a importância da recepção pelos círculos intelectuais e acadêmicos... Silviano dirá nesse mesmo texto que a área de recepção do livro de ficção é mínima, sim, mas “nem por isso sem importância”.⁴¹⁹

— Continuo — e ele continuou. — Se Argemiro consegue falar a seu povo, diretamente, encontrando as palavras compreendidas por esse povo, o mesmo não se poderá dizer do romance como um todo, que, ao fazer a transposição dessa língua “popular” para a sua estrutura formal, não encontrará eco algum ou mesmo vestígio algum de um “povo leitor”. E por quê? O próprio Ubaldo responde — e o meu interlocutor me estendeu, vitorioso, um recorte de jornal, retirado de nossos compridos arquivos. — Veja o que acabei de descobrir: “Em *Vila Real*, uso a linguagem popular, mas não a oral, e sim a forma que ela toma quando escrita. Faço largo uso das estruturas arcaizantes que ainda se encontram no Nordeste. Daí porque posso dizer que meu livro aspira a um modelo clássico nordestino”.⁴²⁰

— Isso quer dizer...

— Isso quer dizer — adiantou-se ele — que *Vila Real* está distante de qualquer linguagem atualizada e comunicativa, porque está distante da proposta de uma arte “mais voltada para os anseios e a vontade popular (...); [d]a proposta

⁴¹⁸ “Alta tensão”, **Veja**, 18 jul. 1979.

⁴¹⁹ Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 26.

⁴²⁰ Roberto GONÇALVES, “João Ubaldo: ‘Meu livro não é um comício...’”, **Jornal do Brasil**, 1979.

de um texto menos difícil, porque menos enigmático, mais acessível ao geral da população”, escreveu Silviano Santiago.⁴²¹

— Não. Isso quer dizer que um romance não deve reduzir-se a um panfleto que tenha por meta conscientizar as massas. Isso, sim, é literatura populista. E eu lhe digo — e olhei bem para ele — que *Vila Real* se destaca desse conjunto visado por Silviano Santiago, esse conjunto que ele chamou de uma “escrita ficcional populista”, pelas mesmas razões graças às quais *Sargento Getúlio* também se destaca, como já vimos antes: por causa da postura do narrador.

— Cá estamos novamente no narrador... — e ele sorriu com alguma ternura.

— Sim, e a ele sempre retornaremos... *Vila Real* põe em funcionamento um narrador que consegue estar sempre no *outro* lugar, e o *outro* lugar localiza-se a uma segura distância daquele lugar clássico reservado ao narrador intelectual, a assistir de camarote às mazelas das camadas oprimidas etc. etc. Não há, em *Vila Real*, sequer arquibancadas. Veja ainda isto: o que diz Silviano que falta ao texto populista é justamente aquilo que temos de sobra em *Vila Real*. Ouça: “Falta ao texto populista (...) a exibição das chagas de quem tem sofrido perseguições e mutilações, chagas que eclodiriam num texto abafado e ríspido, fúnebre e cinza”.⁴²² Você muito bem recuperou, lá atrás, a resenha do Renato Pompeu sobre *Vila Real*. Faço eu agora, da mesma resenha, um outro uso, estimulado por essa afirmativa de Silviano:

... a poesia de João Ubaldo Ribeiro, ao contrário do que aconteceu com a esmagadora maioria dos prosistas luso-brasileiros com pretensão à sonoridade, não está baseada na exploração dos jogos com as vogais (...). Pelo contrário, ela parece seguir a tradição anglo-saxônica e dar precedência à sonoridade das consoantes, às aliterações e contrastes advindos da repetição e/ou alternância das consoantes. Assim, sua prosa, se **perde em suavidade, ganha em ossatura**.

(...) Mas a que vem essa forma requintada, se o próprio autor, como diz na contracapa, não se pretende um beletista? (...) Ora, o romance lida com o sertão. E da mesma forma que, atrás da rudeza e brutalidade dos sons do texto, se esconde uma poesia que aspira à beleza, também por trás da paisagem rude do sertão (...) esconde-se uma certa beleza agreste bastante pungente.⁴²³

⁴²¹ “Repressão e censura no campo das artes na década de 70” (p. 47-55), in *Vale quanto pesa*, op. cit., p. 55.

⁴²² Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, op. cit., p. 30.

⁴²³ “Alta tensão”, *Veja*, 18 jul. 1979, realcei.

— E agora — disse o meu interlocutor, com o romance na mão e bastante satisfeito por me ter posto para falar —, farei algo muito melhor. Não adianta você ilustrar um discurso explicativo, o do Silviano, com outro discurso explicativo, o do Pompeu. O que eu proponho é um diálogo direto: ilustrarmos os dois com o texto literário. Então, acerca da materialidade áspera da palavra, vejamos o discurso do próprio Argemiro, misturado ao do narrador. Permita-me uma leitura longa. Vale a pena.

... Entretanto, o que mais doeu foi o Verbo. O qual acometeu os ouvidos e as partes falantes por baixo das bochechas, (...) esborrou as peças interiores dos ouvidos e repicou nos ossos do crânio com marteladas (...). Iguamente a um arrote, subiu uma seta farpada pelos ocos da barriga, mas, em lugar de atingir o goto, esvaiu-se como coisas gasosas por todo o meio da cara e então retiniu uma clarinada e acompanhantes ribombos de zabumbas rastreando de cobra por cima dos descampados (...). ... as minhas palavras vieram para dentro de mim em forma de bofetadas (...) e verrumas e tantas travoelas e lancetas entre as curvaturas delicadas de meus ouvidos mais íntimos... (p. 145-146)

— Tudo isto significa, mais uma vez — disse eu —, que Silviano está aqui a exaltar um narrador que tenha algo a ver, efetivamente, com aquilo que está ali narrando, e não um narrador bem-intencionado, sim, mas elitista no uso de seu discurso ficcional, que se torna então “réplica (no duplo sentido: cópia e contestação) do discurso de uma classe social dominante, que quer se enxergar melhor (...), que quer se conhecer a si mesma melhor, saber por onde anda e por onde anda o país que governa”.⁴²⁴ E essa identificação do narrador com o contexto narrado está refletida, em toda a sua materialidade, na linguagem áspera e embrutecida por dentro da qual vamos acompanhando o protagonista. Você escolheu um ótimo trecho. E é por isso que Jorge Amado se referiu ao romance *Vila Real* como sendo *Os sertões* “reescrito”...

— “E assim como em *Canudos* só houve respeito depois da morte geral, aqui também que seja assim” (*Vila Real*, p. 74) — ia lendo, animado, o meu interlocutor. E, de repente, parou: — Mas por que *reescrito*?

— Isso, você pegou! Jorge Amado pegou! A matéria de onde tirei isso diz: “A personagem central do romance, Argemiro, rude homem do campo que se transforma em líder de um movimento de resistência à expulsão da terra onde vive

⁴²⁴ Silviano SANTIAGO, “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 28.

e trabalha, lembra (...) a figura de Antônio Conselheiro. Jorge Amado comentou: “É *Os sertões* reescrito”.⁴²⁵ Por que haveria *Os sertões* de ser reescrito? Por que *precisaria* ser reescrito? Para corrigir talvez, aspemos a palavra, a sua “deficiência estrutural”: o narrador, o narrador-intelectual, jornalista, crítico, porta-voz de um discurso científico.

— E, para não perdermos o jogo entre os nomes... esse narrador euclideano... Ouça — disse ele, com o romance na mão —: “De lá vieram os que mataram Canudos e conhecem o que é melhor para nós. Pois trazem as palavras...

— ... que fazem com que matem sem remorsos” (*Vila Real*, p. 150) — completei. — Silviano Santiago menciona Euclides da Cunha, nesse artigo “Vale quanto pesa”, mas apenas para situá-lo como o narrador-antropólogo que está, de “caderneta de campo” à mão, a anotar “com minúcia de lingüista” as expressões e o falar caboclos, enquanto presencia “o dia-a-dia dos homens do Conselheiro”.⁴²⁶ Mas Silviano pára aí e não menciona Euclides da Cunha como o personagem “de fora”, um narrador alheio àquilo tudo, ao início crítico daquilo tudo e apenas depois, bem depois, entendedor do que aquilo representava. Imagine-se agora a mudança do ponto de vista: um discípulo de Antônio Conselheiro, ou ele mesmo, o próprio, a escrever, ou melhor, falar, aquela história. Temos, guardadas as proporções e as diferenças, o espírito de *Vila Real*, cujo narrador, e à frente o escritor João Ubaldo Ribeiro, não consulta as notas minuciosas de uma caderneta de campo, mas apenas a memória, a sua memória pessoal, a memória de quem está escrevendo sobre a própria infância.⁴²⁷ Ouça: “... tanto *Sargento Getúlio* quanto *Vila Real* são obras cujas bases assentam na minha infância. Aliás, acho que a gente só escreve sobre a infância”,⁴²⁸ diz o escritor.

— Silviano menciona Euclides da Cunha, mas também Guimarães Rosa, ambos citados como exemplos do escritor-antropólogo... — disse ele, e me estendeu

⁴²⁵ Roberto GONÇALVES, “João Ubaldo: ‘Meu livro não é um comício...’”, *Jornal do Brasil*, 1979.

⁴²⁶ “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 37.

⁴²⁷ — O mesmo, aliás — interrompeu-me o meu interlocutor —, disse Jorge Amado. Ouça: “Eu nunca tomo notas. Como escrevo sobre aquilo que vivi, aquilo que conheço, uso muito minha memória” (Jorge Amado, citado por Antônio Fernando de FRANCESCHI (org.), *Jorge Amado, Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 3, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1997, citado por Ilana Seltzer GOLDSTEIN, “As criaturas ganham vida própria e o criador se torna criatura” (p. 217-269), in *O Brasil Best Seller de Jorge Amado — Literatura e identidade nacional*, São Paulo, Senac Editora, p. 220).

⁴²⁸ Roberto GONÇALVES, “João Ubaldo: ‘Meu livro não é um comício...’”, *Jornal do Brasil*, 1979.

uma reportagem de 1979. — E veja a pertinência de estarmos aqui a utilizar, para falarmos de *Vila Real*, este texto de Silviano Santiago, texto em que seus dois exemplos são justamente Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa. — E ele leu:

... Esse novo romance de João Ubaldo Ribeiro (...) descreve amplos movimentos de multidão, mas tudo parado, tudo deliberadamente fechado numa narração murmurante que se recusa a subir de tom. Parece coisa talhada em madeira. No tema como no tratamento, foi grande o risco que ele aceitou, pois teve que abrir uma brecha, uma picada através de dois píncaros: *Os sertões* e *Grande Sertão: veredas*.⁴²⁹

— Boa inclusão. De todo modo, Rosa, através justamente de seu narrador, permite que se misturem os discursos, o que não acontece com Euclides...

— É curioso isto o que aconteceu agora... — disse ele. — Um mesmo texto, este do Silviano Santiago, a dar vazão a duas leituras e duas aplicações tão diferentes... É a tal da hermenêutica, essa senhora tão idosa... — e ele sorriu.

— Mas eu ainda não acabei... Toma lugar aqui uma espécie de dança das cadeiras: sai então do assento do discurso o narrador-intelectual, que cede a palavra, por sua vez, ao narrador do povo, o “antípoda do ‘filho do fazendeiro’, pois nem mesmo chegou a conhecer seu pai”, diz Silviano, tendo em mira, para essa afirmativa, o personagem Riobaldo, “Deserdado pela sorte masculina e viajeira do sertão, deserdado ainda pelos sucessivos processos violentos (...) da colonização e do mandonismo local, sua vida é uma busca do nome verdadeiro, mas que nunca será o nome de família”.⁴³⁰ E nós aqui podemos, por nossa vez, fazer a comparação que Silviano não pôde fazer, entre ele, o Urutu-Branco, o Tatarana, e...

— ... e o nosso Argemiro Meia-Lua. Deixe-me ler o trecho — pediu o meu interlocutor:

... Soube que toda frase deve ter sete pancadas, porque esta é a marcação da terra, que nossos ouvidos já têm o costume de acompanhar. Bem como os nomes dos homens, por isso que se batizou nesta hora de Argemiro Meia-Lua.

Mas o meu nome, disse ele, afastando as batinas, as cordas e os cordões para os lados, o meu nome é Argemiro Meia-Lua. Como fogo, como trovão, como lua, como o que for preciso. O meu nome, disse ele, com a mais alta alegria (...): o meu nome é Argemiro Meia-Lua. (p. 158)

⁴²⁹ José Carlos OLIVEIRA, “Isto e aquilo”, *Jornal do Brasil*, 26 set. 1979.

⁴³⁰ “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 35.

— Mas note que nem mesmo Guimarães Rosa vai escapar da pena afiada de Silviano... E Rosa não vai escapar — continuou ele, subitamente animado em discordar de mim mais uma vez — justamente porque “seu **deixar falar** o *outro* comporta ainda uma visão elitista da literatura”.⁴³¹ E você disse o mesmo agora há pouco. Disse-o também de maneira elitista, condescendente: “... sai então do assento do discurso o narrador-intelectual, que **cede a palavra**, por sua vez, ao narrador do povo”.

— Concordo, concordo, mas não aplique essa atitude condescendente ao narrador de João Ubaldo Ribeiro em *Vila Real*, onde será Argemiro aquele que vai conquistar/tomar a palavra, e o narrador faz o seu trabalho a partir de dentro, de dentro do clã. E também não aplique a condescendência, como já vimos, a *Sargento Getúlio*, porque o caso de Getúlio salta aos olhos pela sua potência: a potência de quem não pede licença para falar e fala até a morte, literalmente. — E eu ainda continuei, porque precisava esclarecer um ponto: — Observe, meu caro, que eu sugeri aqui uma comparação de Argemiro com Riobaldo, e não a comparação de um tom narrativo com outro. Não confunda o personagem Riobaldo com o narrador em primeira pessoa na pele de Riobaldo. Nós já fizemos essa distinção lá atrás, em nossa conversa sobre *Sargento Getúlio*...

— Distinção que, no entanto, permanece confusa e problemática... — reclamou.

— Sim, mas não é isso o que quero esclarecer. Interessa-me agora o espírito que orienta a narrativa, e o espírito que mora em *Vila Real* não é o de um escritor-antropólogo; é antes um espírito sociológico.⁴³² Estou seguindo os passos que você mesmo me apontou, quando propôs que voltássemos a esse texto de Silviano Santiago, praticamente contemporâneo de *Vila Real*. E Silviano, na página 39, aponta o discurso literário-antropológico como inativo e inapropriado para a velha questão de origem, qual seja, a necessidade de mudança social, e isso porque, por mais que deixe falar o *outro*, e o *outro*, graças a essa postura, de fato

⁴³¹ *Id.*, p. 37 (realces em itálico do Silviano Santiago, realces em negrito do meu interlocutor).

⁴³² — Ilustro a idéia, nessa notinha, com palavras do próprio autor, sempre preocupado em não solenizar a própria literatura com o *status* do “conhecimento acadêmico”. — E li: — “Não me qualifico para falar em cultura brasileira porque não sou antropólogo, andei apenas de raspão por sociologia (...). ... não penso sistematicamente a respeito de problemas como o homem brasileiro, a cultura brasileira...” (Airton GUIMARÃES, “João Ubaldo Ribeiro — o romancista (cont.)

fala; *fala de fato* como nunca antes havia de fato falado, a sua preocupação central, como espírito antropológico, é muito mais a de, cadernetinha de campo à mão, construir a Biblioteca Verbal, a Biblioteca de Todos os Falares, com vistas à preservação da cultura, e não agir politicamente.

— E o espírito que mora em *Vila Real* não é o de um escritor-antropólogo; é antes o espírito sociológico?

— Sim. Vamos entrar nessa discussão?

— Acabamos de entrar — disse ele, e foi pegar mais café.

4.7. UBALDO, ARGEMIRO E O NARRADOR

— Você disse lá atrás — começou o meu interlocutor — que “o escritor João Ubaldino Ribeiro não consulta as notas minuciosas de uma caderneta de campo, mas apenas a memória, a sua memória pessoal”. Acho que podemos começar por aqui: o antropólogo é um personagem exterior ao campo observado e descrito...

— O sociólogo também é: falam ambos a partir de seu saber. Mas, corrijo eu mesmo a nós os dois, nós não estamos tratando com antropólogos ou sociólogos, mas com os seus respectivos discursos e também com escritores que esbarram nesses discursos e neles se inspiram para a (re)criação de suas realidades. Silviano Santiago diz, estou resumindo..., que o discurso sociológico compreende melhor a estratificação social e o desequilíbrio econômico e desse modo propõe mais clara e agilmente uma mudança social.⁴³³ E esse comprometimento explícito com as questões sociais é a marca de muitos casos literários. *Vila Real*, diz João Ubaldino Ribeiro — e li —, “Mostra minhas preocupações com o socialismo e, mais do que isso, com a Sociologia do Comportamento, que eu estudava na época. Mistura fantasia e marxismo e há um personagem, Argemiro, que passa a noite inteira vomitando sangue”.⁴³⁴

— Entendi, mas há um porém, que o próprio Silviano levanta — disse o meu interlocutor —: o perigo de o discurso sociológico..., e conseqüentemente o escritor que está se valendo desse discurso sociológico, ... o perigo de ele se levar

baiano passa os olhos sobre a cultura brasileira antes de ir morar na Alemanha”, **Estado de Minas**, 17 mar. 1990).

⁴³³ “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 39.

a si mesmo por demais a sério e esquecer a sua condição de um discurso encharcado de valores pequeno-burgueses e acabar por se tornar solene em relação a si mesmo e se tornar, por outro lado, igualmente elitista e obcecado por seu próprio dogmatismo camuflado. — E ele colocou sobre a mesa o trecho de uma entrevista concedida por Ubaldo por ocasião do lançamento de *Vila Real*:

João Ubaldo Ribeiro — Os artistas são tão falíveis quanto qualquer outra pessoa, têm dúvidas, se preocupam com o supermercado, com o aluguel.

Vera Martins — O senhor acha que o intelectual deve ser engajado ou pode optar por fazer simplesmente a arte pela arte?

— ... todos devem ser engajados. Você pode escrever sobre borboletas, mas é importante ter a certeza de que também outros temas estão à disposição.

— Nesta fase de abertura, o senhor acha que escritor deve ter uma responsabilidade específica?

— É evidente que a responsabilidade do escritor é mais ampla, inclusive por uma questão ética. Ele recebeu mais do que os outros em termos de educação, e é justo que pague o privilégio.⁴³⁵

— Há aqui — continuou o meu implacável interlocutor —, antes de tudo, por detrás de uma mal disfarçada defesa da falibilidade do artista, uma evidente auto-nomeação, que transcende, é claro, o contexto histórico. Não é por estar o país a viver uma fase de abertura que Ubaldo defende um papel mais destacado para o artista. Essa defesa soa como intransitiva.

— Ela soa, de fato, como independente de contexto histórico, mas essa auto-nomeação não se baseia numa suposta superioridade do discurso científico, já que nós não estamos...

— Como não? Como não? — e ele ergueu o corpo da cadeira. — “Ele recebeu mais do que os outros em termos de educação”, declarou Ubaldo, “e é justo que pague o privilégio”. Ora...

— “*Pague* o privilégio”..., e pague com literatura; não com qualquer dogmatismo sociológico ou antropológico. Mais uma vez: nós não estamos falando do cientista, mas do artista. Ouça a ressalva de Silviano:

... esses valores [valores pequeno-burgueses que o discurso sociológico carrega consigo], transmitidos à ideologia da luta de classes, se encontram solidificados e empedernidos pela certeza dogmática da palavra científica.

⁴³⁴ Daniela NAME, “As ilhas de Ubaldo”, **O Globo**, 3 ago. 1997.

⁴³⁵ “Dou meu recado com arrogância”, S. L., “Vila Real”, **IstoÉ**, 11 jul. 1979.

É aí que o bisturi literário, mais impiedoso e menos comprometido com as instituições burguesas (tanto a universidade quanto os centros de pesquisas), mais anárquico e bandido, mais marginal enfim, pode cortar com rigor e vigor as carnes esclerosadas da classe dominante brasileira.⁴³⁶

— E digo mais — adiantei-me, antes que ele me arrancasse a palavra. — Essa declaração de João Ubaldo Ribeiro sobre a responsabilidade do artista, sujeito alfabetizado e informado, é uma declaração realista, de confiança na capacidade de conscientização e mobilização que tem a arte, ou que deveria ter a arte... “Enquanto cidadão, o artista é outra coisa e, enquanto cidadão”, diz ele, “eu gostaria que meus livros fossem revolucionários”.⁴³⁷

— Esse soa como o Ubaldo de 1979. E hoje?

— Este é um tópico posterior de nossa conversa — adverti. — Você está com tempo? Ótimo, porque eu acho que não seria capaz de escrever a minha tese sem esta nossa conversa... Mas se precisar ou quiser ir embora, diga... Sim, sim, há mais café... Hum, que bom... Volto à declaração do escritor sobre a maior responsabilidade do artista. Veja este pensamento refletido agora nas idéias do narrador, ou seja, veja aqui a demonstração de um engajamento, ou seja, a demonstração de que há correspondência íntima entre o que pensa um escritor e o que diz o seu narrador.

... da mesma forma como Alarico nasceu para carregar o nosso grito em forma de armas, nasceram os que pensam, para justificar neste mundo que exista o povo que lhes dá o de comer. Temos desta maneira os homens militares, que combatem, e os homens da cabeça, que pensam. Que Deus permita haver dois num só, se bem que não goste. (*Vila Real*, p. 148)

— Este “haver dois num só” — disse eu, olhando para o teto — parece ser a condição esboçada por Silviano Santiago para a produção de uma literatura mais legítima. Não que tenha o artista de pegar na enxada, mas que, de algum modo, ele se coloque, ou como personagem ou como narrador, numa posição mais biográfica em relação àquela realidade. E, desse modo — continuei —, João Ubaldo Ribeiro realiza, em *Vila Real*, provavelmente o seu romance mais político, embora de menor penetração popular, vá lá. Estou dizendo isto porque *Sargento*

⁴³⁶ “Vale quanto pesa...”, *op. cit.*, p. 40.

⁴³⁷ Entrevista, João Ubaldo RIBEIRO, arquivo da Ed. Nova Fronteira.

Getúlio e Setembro não tem sentido estão por demais enredados em momentos específicos da biografia de João Ubaldo Ribeiro: a infância e a mocidade, respectivamente. Com *Vila Real* o narrador abre-se, de fato, a uma realidade externa e urgente, embora ainda familiar, porque o sertão é o mesmo, o mesmo sertão de Getúlio, que é o mesmo sertão de Argemiro, que é o mesmo sertão da infância do menino João Ubaldo Ribeiro. Ouça o jornalista Mário Pontes e em seguida o próprio escritor, numa entrevista de 1977, dois anos antes, portanto, da publicação de *Vila Real*.

(i) Se o Nordeste em geral, com seus coronéis e cangaceiros, suas secas e retiradas, inspirou toda uma geração de romancistas, o sertão em particular, com sua herança medieval, permanece um filão quase virgem para a ficção brasileira. A verdade é que poucos até hoje tiveram olhos para distinguir o que há de específico na cultura plantada há séculos nas caatingas, e que, graças ao isolamento, conservou valores já perdidos pela civilização de beira-mar. Dessa especificidade tem consciência o contador de histórias João Ubaldo Ribeiro.⁴³⁸

(ii) **João Ubaldo Ribeiro** — Se você ouvir o depoimento de um nordestino a respeito do que acontece no interior do Maranhão, no interior do Piauí, no interior da Bahia, no interior de Sergipe, você pensa que realmente ele está inventando coisas, inclusive porque esse tipo de coisa é encorajado. A descrença em torno desse tipo de depoimento é encorajada porque, no tipo de situação que vivemos hoje em dia, não se quer saber da existência, por exemplo, de focos de rebeldia.⁴³⁹

— O mesmo sertão de Canudos... — disse ele. E leu para mim este trecho: — “*Vila Real*, editado pela Nova Fronteira, (...) persegue o mapa nordestino”⁴⁴⁰ — e também a reportagem da revista *IstoÉ*: — “De novo, um romance nordestino. E nem se poderia esperar outra coisa de um autor que se define, rigorosamente, como ‘um brasileiro não-colonizado’. (...) Seus heróis, no seu próprio dizer, ‘são os mesmos de Canudos’”.⁴⁴¹

— O mesmo sertão de sua infância, e ele próprio, personagem em sua literatura. Observe e compare os universos do narrador/personagem e do escritor se encharcando mutuamente: “... e Argemiro procurou considerar se realmente estava louco. Devia admitir que, por não desejar pensar no assunto, talvez tivesse

⁴³⁸ “João Ubaldo — O sertão e sua gente...”, **O Globo**, 15 mar. 1981.

⁴³⁹ José Luiz AIDAR, “O jovem João Ubaldo, raivoso”, **Jornal da Tarde**, 30 mai. 1987 (entrevista de 1977).

⁴⁴⁰ Cremilda MEDINA, “No caminho das almas...”, **Diário de Notícias**, 14 dez. 1984.

⁴⁴¹ S. L., “Vila Real”, **IstoÉ**, 11 jul. 1979.

secreto conhecimento de uma loucura se escondendo no fundo da cabeça, como uma pequena bola negra, com a qual não cabia facilitar” (p. 23). E agora cito uma entrevista em que o escritor afirma ter a suspeita de que sua cabeça é dividida em duas espirais que giram em sentidos contrários: “Eu imagino minha cabeça como uma série de esferas concêntricas e, dentro, tem uma bolinha preta. (...) Eu chamo essa bolinha preta a bola da paranóia, eu só me atrevo a ficar chegando perto dela em horas muito especiais, porque eu tenho medo de encostar demais, aí ela pega e empretece tudo e eu fico doído”.⁴⁴²

— É uma perfeita correlação — disse ele. — Argemiro me parece ser dos personagens de Ubaldo aquele onde mais nitidamente se depositou a obstinação do escritor por uma forma de expressão genuína.

— Sim. Essa discussão, hoje, merece muitas aspas, mas o livro foi escrito em 1979. João Ubaldo Ribeiro não escreveria, hoje, um livro como *Vila Real*, porque a postura de Argemiro não poderia ser amenizada, a sua obstinação não poderia ser relativizada ou enfeitada com aspas, tamanho o seu empenho na busca de um verbo que seja realmente seu, e não imposto. Amenizada a obstinação de Argemiro, perde o livro grande parte de sua força. E, hoje, essa obstinação soaria quase quixotesca se não fosse amenizada. Mas, veja bem — ponderei —, eu não estou circunscrevendo o romance a esse momento; estou circunscrevendo é a preocupação do escritor, que se pode acompanhar com clareza em suas entrevistas e em seus artigos.⁴⁴³ Observe, mais uma vez, a intimidade entre o narrador em Argemiro e a própria posição política de João Ubaldo Ribeiro diante do assunto “identidade cultural”:

(i) ... E entendo que vejo estas árvores como árvores e que tenho direito a minha língua e que posso olhar nos olhos dos estranhos e dizer: não me desculpe por não gostar do que você gosta; não me olhe de cima para baixo; não me envergonhe de minha fala (...). (...) Quem são os que vêm achando que falam a mesma língua? Quem são essas pessoas? Pois essa mesma língua só é possível quando se vê a mesma pintura do lado de fora da janela. (*Vila Real*, p. 153)

⁴⁴² Lena FRIAS, “João Ubaldo (...) escreve para não ficar louco”, *Jornal do Brasil*, 31 jul. 1978.

⁴⁴³ — E também palestras... E cito aqui o momento de uma delas, no Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Brown: “De facto, não há nada que eu possa fazer pelo meu país senão escrever em ordem a denunciar e a clarificar, ou (e pede desculpa pela tautologia) seja: identificar a nossa identidade” (citado por Domingos de Oliveira DIAS (EUA), “Do Brasil... e de Portugal — ouvindo João Ubaldo Ribeiro”, *Letras & Letras*, Porto, 1 dez. 1988).

(ii) — ... As revistas nacionais desenvolveram um estilo esquisitíssimo, cheio dos tais adjetivos na frente dos nomes, às vezes separados por vírgulas, cheio dos recursos jornalísticos americanos, como se fôssemos um povo imbecil, incapaz de adaptar **sua própria língua (ou seja, sua identidade cultural)** a exigências tecnológicas. Como se inglês, por ser a língua dos dominantes, tivesse sido, por essa razão mesma, predestinada (...) para servir melhor a propósitos tecnológicos. Na realidade, (...) inglês é uma língua que convive com imprecisões exasperantes (...). E o português, se não atingiu a precisão da navalha do francês, foi (...) porque os povos da língua portuguesa vêm pegando em baixo há bastantes séculos. (...) nós abdicamos da nossa sagrada autonomia de ver o mundo à nossa forma e importamos as formas pré-fabricadas que nos empurram. E aí ficamos fazendo comentários cretinos, tais como “em inglês isto é muito melhor de dizer”, esquecendo que, quando falamos tais coisas, estamos confessando que já somos ingleses (ou americanos). E o pior é que não somos, porque lá eles nos acham engraçados. E aí ficamos, coitados de nós, passando esta vida na colonização e morrendo sem entender nada.⁴⁴⁴

— Eu percebo — disse o meu interlocutor —, e isso é importante, preste atenção, que estamos agora, mais uma vez, utilizando o personagem Argemiro e o narrador que está por trás dele para um terceiro propósito. Já utilizamos as palavras de Argemiro, tanto as que ele não tinha quanto as que ele passou a ter, como uma representação de como deveria configurar-se um discurso para que ele soasse legível culturalmente, e lançamos mão, você o fez, da pergunta de Silviano Santiago, mesclada a uma alteração devida ao nosso assunto. Leio: “Quando é que a arte brasileira (o discurso de Argemiro) deixa de ser literária(o) e sociológica(o) para ter uma dominante cultural e antropológica?”⁴⁴⁵ Esse é o caso um. Em seguida falei eu de uma legibilidade que deveria transcender a esfera de Argemiro e de seu narrador, rumo à trajetória do próprio romance *Vila Real*, livro considerado difícil, pouco lido e pouco conhecido; livro cujas mensagens diretas e indiretas não são, afinal, comunicadas, porque a linguagem escolhida por Ubaldo está longe do que seria uma linguagem trivial do cotidiano. Caso dois. Agora...

— Agora — interrompi-o —, as palavras de Argemiro estão ocupando o lugar da língua portuguesa e até poderíamos falar de uma língua brasileira, desta vez em guerra, não com as palavras difíceis que Argemiro não sabe, representação do que vimos na pergunta de Silviano como sendo o discurso literário e sociológico, caso um, e também não com o vocabulário trivial dos romances não-difíceis e bastante acessíveis, caso dois, mas sim, caso três, uma linguagem cujas

⁴⁴⁴ João Ubaldo RIBEIRO, “O analfabetismo erudito”, **Enfim**, texto sem data (realces meus).

⁴⁴⁵ “Democratização no Brasil...”, *op. cit.*, p. 11.

palavras estão em guerra com as palavras das outras línguas, as línguas dos atuais colonizadores, em especial o idioma inglês.

— Ubaldo bateu-se muito contra essa estrangeirização da língua... Diz uma personagem, a velha: “Cuidado com as palavras. (...) E saibam escolher as palavras que ouvem, mais do que as palavras que dizem” (*Vila Real*, p. 140-141).

— Boa citação — elogiei. — Bateu-se obstinadamente. Mostro a você o trecho de uma entrevista de 1979, e em seguida um trecho de *Vila Real*, subsequente a um trecho que você já leu aqui sobre a materialidade áspera do Verbo, quando o Verbo era estrangeiro a Argemiro. Quando ele afinal encontra as suas próprias palavras, elas adquirem então outra textura:

(i) João Ubaldo Ribeiro — ... nós hoje somos uma cultura dominada pela língua, pela cabeça; quer dizer, os romanos sabiam disso; onde está a língua romana, está Roma.

É por isso que há a luta de afirmação de nacionalidades, como os Bascos (...), como todas as tribos européias — porque lá só tem tribo, (...). Então, (...) para manterem sua identidade, como reivindicação básica querem manter a língua (...), mas nós estamos indo pras picas. Não percebem que estão fazendo o jogo dos outros. (...) Como diz Glauber, ninguém sabe quem é da CIA.⁴⁴⁶

(ii) ... É repentino que o Verbo tome agora a forma de tapete, deslizando da minha boca, e faça sair de si perfumes exemplares. Não me bote ouvidos artificiais, que fique eu sem conchas, amparos e antolhos (...).

(...) Entendeu que as palavras vinham tomar corpo em sua cabeça e depois velejavam de todas as cores (...), e então pôde notar que aquelas palavras também pareciam pedras e passarinhos sobre o campo. (*Vila Real*, p. 147)

— E cinco anos mais tarde — disse o meu interlocutor —, voltaremos a encontrar, refletida em outros personagens, a mesma preocupação de Ubaldo acerca dessa peculiar condição do brasileiro: a condição de um sujeito apartado de sua língua; ou, ainda, a sua condição, diante da língua, de um não-sujeito. Observe o que diz o narrador de *Viva o povo brasileiro*, falando do personagem Filomeno, candidato a juntar-se ao povo do Conselheiro, em Canudos — e ele, sorrindo, começou a procurar o trecho. — Observe: o narrador poderia estar a falar de Argemiro, embora fale de Filomeno.

... Viva o povo brasileiro! Viva nós!

Ergueu o bastão para o alto, os homens se levantaram e Filomeno, sem pensar,

⁴⁴⁶ “João Ubaldo: Estamos no mesmo barco”, **Inimigos do Rei**, abr. e mai. 1979.

se viu repetindo com eles a saudação que ela tinha feito. Tampouco compreendeu o orgulho esquisito que sentiu ao ouvir aquelas palavras, como se elas já estivessem dentro dele durante toda a sua vida e somente agora houvessem tomado forma. (*Viva o povo...*, p. 566)

— Então você já leu *Viva o povo...*? — surpreendi-me. — Eu, aliás, já lhe fiz essa pergunta antes...

— Não só li, como ainda cito trechos, embora tenha sido há muito tempo... — e ele, me estendendo um café, voltou a sorrir. — Aliás, vamos a ele? — e me entregou o livro.

* * *

FIM DO PRIMEIRO VOLUME

(1/2)